

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MONOGRAFIA DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**MAUÁ E A ECONOMIA DO BRASIL IMPÉRIO: UM OLHAR A
PARTIR DOS ARTIGOS NO JORNAL DO COMÉRCIO E
CORREIO MERCANTIL (1855-1884)**

RANAELLEN APARECIDA QUEIROZ PEIXOTO

ORIENTADOR: Prof. Dr. Daniel Do Val Cosentino

Mariana - Minas Gerais – Brasil

Junho de 2018

RANAELLEN APARECIDA QUEIROZ PEIXOTO

MAUÁ E A ECONOMIA DO BRASIL IMPÉRIO: UM OLHAR A PARTIR DO
ARTIGOS NO JORNAL DO COMÉRCIO E CORREIO MERCANTIL (1855-1884)

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas da Universidade
Federal de Ouro Preto como requisito à
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Daniel Do Val
Cosentino

Mariana – MG

2018

P379m

Peixoto, Ranaellen Aparecida Queiroz.

Mauá e a economia do Brasil império [manuscrito]: um olhar a partir dos artigos do Jornal do Comércio e Correio Mercantil (1855-1884) / Ranaellen Aparecida Queiroz Peixoto. - 2018.

53f.:

Orientador: Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais.

1. Mauá - História - Teses. 2. Economia - Brasil - História - Teses. 3. Moeda - Brasil - História - Teses. 4. Créditos - História - Teses. 5. Câmbio - História - Teses. I. Cosentino, Daniel do Val. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

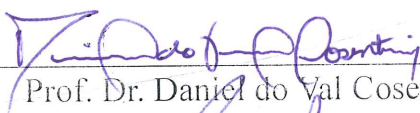
RANAELLEN APARECIDA QUEIROZ PEIXOTO

Curso de Ciências Econômicas - UFOP


MAUÁ E A ECONOMIA DO BRASIL IMPÉRIO: UM OLHAR A PARTIR DOS ARTIGOS
NO JORNAL DO COMÉRCIO E CORREIO MERCANTIL (1855-1884)

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino.

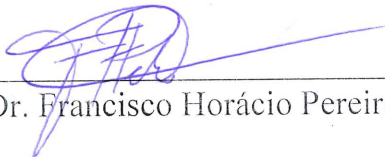
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino



Prof. Dr. Paulo Roberto de Oliveira



Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira

Mariana, 29 de junho de 2018

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo que fez e faz em minha vida.

Aos meus pais Eva e Ronaldo e minha irmã Raiane pelo amparo em todos momentos de necessidade, pelo apoio às minhas decisões e por não medirem esforços para que eu crescesse e evoluísse como pessoa, estudante e profissional.

Ao meu orientador Daniel Do Val Cosentino pela orientação, paciência e compreensão.

Aos demais professores do curso que contribuíram fortemente para o meu crescimento.

Ao Giraldi por todo amor e apoio neste fim da minha jornada acadêmica, pelas críticas, incentivos e companheirismo.

“Mas nem sempre a verdade está com aquilo que se vai propagando, até que constitui opinião universal: muitos erros têm nascido, vivido, e se radicado à sombra do consenso geral”

(Visconde de Mauá, 1877)

RESUMO

Este trabalho, desenvolvido em torno da figura do Mauá, busca compreender e identificar quais eram as ideias econômicas do Visconde de Mauá e aprofundar tal questão a partir da leitura de artigos pouco conhecidos de autoria do mesmo. Busca-se ainda identificar quais suas influências teóricas, analisar a importância de suas ideias e empreendimentos para a economia da época e avaliar a contribuição de suas ideias para o Pensamento Econômico nacional. Além dos artigos de Mauá, o trabalho conta com uma síntese do que já foi estudado de Mauá e colocação das teorias econômicas desenvolvidas no exterior (*bulionistas*, *antibulionistas*, *currency school* e *banking school*), e nacionais (*metalistas* e *papelistas*). Foi possível reafirmar o caráter papelista de Mauá, que defende a permanência do papel moeda inconvertível no curto prazo diante da situação econômica brasileira na época e seu posicionamento que compreende a taxa de câmbio como determinada por fatores relacionados à balança comercial e valor dos produtos exportados brasileiros. Tem-se ainda uma nova perspectiva acerca da oferta de crédito, em que Mauá acrescenta à discussão questões como a credibilidade e confiança do mercado financeiro, além das taxas de juros. Por fim, tem-se uma análise de Mauá do progresso econômico, em que este seria grande dependente da situação da agricultura, base da economia, e da situação dos transportes, que é essencial para o desenvolvimento dos demais setores industriais e comerciais.

Palavras chave: Mauá, Pensamento Econômico Brasileiro, moeda, crédito e câmbio.

ABSTRACT

This work, developed around the figure of Mauá, seeks to understand and identify the economic ideas of Visconde de Mauá and to deepen this question by reading lesser known articles of his own. The aim is to further identify his theoretical influences, analyze the importance of his ideas and projects for the economy of time and evaluate the contribution of his ideas to the National Economic Thought. In addition to Mauá's articles, the work includes a synthesis of what has already studied about Mauá and the placement of economic theories developed abroad (bullionists, anti-bullionists, currency school and banking school), and national metalistas e papelistas). It was possible to reaffirm the papelista character of Mauá, who defends the permanence of inconvertible paper in the short term in view of the Brazilian economic situation at the time and his positioning that includes the exchange rate as determined by factors related to the trade balance and value of Brazilian exported products. There is also a new perspective on credit supply, in which Mauá adds to the discussion issues such as the credibility and trust of the financial market, in addition to interest rates. Finally, there is a Mauá's analysis of economic progress, which would be highly dependent on the situation of agriculture, the base of the economy, and the situation of transportation, which is essential for the development of other industrial and commercial sectors.

Key words: Mauá, Brazilian Economic Thought, currency, credit and exchange.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO BIOGRÁFICA E TEÓRICO-ECONÔMICA DE MAUÁ	10
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO DA TEORIA ECONÔMICA NO SÉCULO XIX	22
2.1 Debate monetário internacional	22
2.2 Debate monetário nacional	27
CAPÍTULO 3 – MAUÁ E AS APRECIACÕES ECONÔMICAS SOBRE O BRASIL IMPÉRIO	32
3.1 O projeto de retomada do padrão-ouro	32
3.2 As vantagens dos depósitos à vista	36
3.3 O Governo e o Banco do Brasil	37
3.4 A Guerra do Paraguai e a economia brasileira	38
3.5 Mauá e a agricultura	40
3.6 Mauá e a situação dos transportes	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

Diante da imponente de Mauá durante o século XIX e sua significativa participação em várias áreas, se envolvendo no comércio, desenvolvimento de indústrias, abrindo bancos e adquirindo cargos públicos no Brasil Império, Mauá tornou-se uma figura bastante analisada. Os autores que estudam este personagem possuem como principal auxílio suas obras “O Meio Circulante do Brasil” (1878) e a sua conhecida Autobiografia “Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá e C. e ao Público” (1878).

Na literatura até hoje dedicada a Mauá, que vem sendo desenvolvida desde início do século XX, é costume dar mais destaque ao seu aspecto empreendedor, comumente sendo lembrado como um homem a frente de seu tempo, um grande industrial ou a personificação do capitalismo no Império, como podemos identificar na biografia escrita por Lidia Besouchet (1978) e obras de Humberto Bastos (1952), Nícia Vilela Luz (1975) entre tantos outros.

Esta visão de empreendedor e industrial se deve em grande parte à série de empreendimentos do qual o Visconde fez parte durante várias décadas, se envolvendo em diversos setores, porém com especial atenção às estradas ferroviárias. As principais questões acerca de cada empreendimento no qual se envolveu foram publicadas em sua Autobiografia, que ainda hoje é uma das principais fontes de pesquisa sobre este eminente brasileiro.

No entanto, Irineu Evangelista de Souza, o Barão e Visconde de Mauá, foi um membro da sociedade que também se destacou pela preocupação e posicionamentos diante dos problemas nacionais no período. Tanto em sua vida pública como em publicações nos principais jornais que circulavam pelo Rio de Janeiro, Mauá buscava discutir questões de punho político e econômico, seja para defender interesses próprios que seriam beneficiados por uma situação econômica favorável do país, seja por um caráter nacionalista e progressista.

A principal e mais conhecida produção de Mauá em que este desenvolve assuntos de questão econômica é “O Meio Circulante do Brasil” de 1878, que originalmente foi uma série de artigos publicados no Jornal do Commercio, onde o autor desenvolve uma discussão sobre a questão do meio circulante, estabelecimento de papel moeda conversível ou inconvertível, demanda por moeda, efeitos no câmbio e crédito no Brasil.

Diante de tais publicações e na crença de que seria possível encontrar nos jornais demais artigos escritos e publicados por Mauá, em que este aborde as questões econômicas e se envolva em debates que caracterizaram o período do Império no Brasil, foi desenvolvido um projeto de

pesquisa titulado “As Ideias Econômicas de Mauá”. O projeto consistia na procura por estes artigos no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional no *Jornal do Commercio* e no *Correio Mercantil*. Os artigos encontrados, datados de 1855 a 1884, foram catalogados e aqueles considerados relevantes e que, de algum modo envolvem questões econômicas, serão analisados neste trabalho, de forma a relacioná-los com o contexto histórico e a teoria econômica que predominava nos debates nacionais e internacionais.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é identificar quais eram as ideias econômicas do Visconde de Mauá e aprofundar tal questão a partir da leitura de artigos pouco conhecidos de autoria do mesmo. Busca-se ainda identificar quais as influências econômicas do Visconde de Mauá, analisar a importância de suas ideias e empreendimentos para a economia da época e avaliar a contribuição de suas ideias para o Pensamento Econômico nacional.

Para tanto, neste trabalho buscamos compreender onde e porquê Mauá se insere na História do Pensamento Econômico do Brasil, formular uma síntese do que foi escrito e estudado sobre Mauá, assim como suas próprias obras, até então, incluindo biografias, teses e uma série de artigos. É desenvolvido ainda um apanhado da teoria econômica que estava sendo desenvolvida na época, principalmente na Inglaterra e demais países europeus, onde debates de grande relevância surgiram e foram maturados, como as controvérsias entre bullionistas e antibullionistas e mais tarde entre a Currency School e Banking School.

As influências teóricas vindas da Europa eram comuns no Brasil, no entanto Mauá se atenta para a necessidade de adaptação da teoria às questões locais, sendo este um país carregado de especificidades, tendo dado destaque para o fato do Brasil ser um país novo e de grandes dimensões geográficas. Devido a esta importação de ideias, buscamos ainda analisar o debate monetário que se estabeleceu por aqui, entre metalistas e papelistas, de forma que seja possível a interpretação das ideias econômicas de Mauá, principalmente no que se refere às questões monetárias, cambiais e creditícias.

Além desta Introdução e Considerações Finais, a estrutura do trabalho conta com mais três seções. No Capítulo 1 é apresentada uma síntese dos estudos dedicados a algum aspecto de Mauá e o introduzindo no Pensamento Econômico Brasileiro. No Capítulo 2 são apresentados os debates econômicos internacionais desenvolvidos desde o fim do século XVIII, que foram importantes para as apreciações econômicas desenvolvidas no Brasil. O Capítulo 3 corresponde à análise de artigos escritos e publicados por Mauá nos principais jornais em circulação da época no Rio de Janeiro, onde podemos identificar seus posicionamentos e sugestões acerca

dos temas econômicos que envolveram a sociedade brasileira durante o Império, como a proposta de volta do padrão-ouro e a crise financeira advinda da Guerra travada contra o Paraguai.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO BIOGRÁFICA E TEÓRICO-ECONÔMICA DE MAUÁ

Partindo-se da afirmativa de que há um Pensamento Econômico genuinamente nacional, pode-se entrever que o Pensamento Econômico Brasileiro integra questões que envolvem história, política, economia, sociologia e ideologias. Segundo Angela Ganem (2011) a História do Pensamento Econômico Brasileiro possui um caráter plural e interdisciplinar, ligada à política e às instituições, possuindo particularidades em toda sua trajetória. Silva (1983, p.13), afirma que

o conhecimento econômico do passado é fator de importância por possibilitar a avaliação da origem de doutrinas consideradas novas, mas que na realidade são antigas, só que vestidas “à moda do dia”.

Esse conhecimento é que permite ligar os fatos e seus princípios revelando as relações da causa e efeito dos fenômenos econômicos, de vez que os fatos não são verdadeiros por si mesmos, mas sim por uma interpretação subjetiva. Sofrem eles várias interpretações e se alteram com o passar do tempo, para justificar as diferentes experiências econômicas. (SILVA, 1983, p.13).

Portanto, se a Economia é a leitura de um tempo, ou seja, se o pensamento econômico reflete as circunstâncias históricas específicas do tempo e lugar em que é concebido (COSENTINO, 2016), tal caracterização nos leva a um estudo que considere as especificidades nacionais através do posicionamento econômico de pensadores que se destacaram no período por buscarem identificar e solucionar problemas nacionais através da apropriação e adaptações da teoria internacional e reflexões autodidatas a partir de análises empíricas, emergindo assim, um pensamento inovador e genuinamente brasileiro.

Segundo Gremaud (1997), a concepção da política econômica e dos debates que a envolveram foram desenvolvidos pelas pessoas que faziam parte da elite intelectual e econômica do país. Estes pensadores buscavam desenvolver o saber econômico a partir de suas próprias atividades profissionais, sendo elas públicas ou privadas, ou de forma autodidata, propondo medidas que julgavam adequadas ao país. Tal pensamento pode ser levado para o período que compreende o Império, de 1822 a 1889, em que a base intelectual da elite envolvida nos debates e na formulação de políticas econômicas proveio das atividades desenvolvidas naquela sociedade.

No entanto, quando se trata do estudo do Pensamento Econômico Brasileiro, na maioria das produções o século XIX não é incluído, tendo início apenas no século seguinte, como é o caso abordado por Mantega (1984 apud COSENTINO, 2016, cap.2, p.27) em que o autor afirma que “o Pensamento Econômico Brasileiro se formou ao longo dos anos de 1950 e 1960, a partir

da consolidação dos processos de urbanização e industrialização do Brasil, ou seja, a partir da consolidação do capitalismo”. Cosentino (2016, cap.3, p.2) ressalta que

a grande maioria dos trabalhos se concentra no século XX pois define industrialização e desenvolvimento como temas relevantes e pesquisáveis, dessa forma, ignoram indiretamente a possibilidade de um pensamento econômico brasileiro em períodos anteriores. (COSENTINO, 2016, cap.3, p.2)

Quando se considera o século XIX é comum que o Pensamento Econômico seja estudado a partir dos cursos de Direito e Engenharia que possuíam a disciplina de Economia Política, abordando o conteúdo ensinado e principalmente o pensamento econômico dos professores e suas influências teóricas, assim como as obras desenvolvidas por estes. Alguns destes professores de Economia Política também possuíam cargos públicos, como é o caso de José Maria da Silva Paranhos (Visconde de Rio Branco). José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), e Asprício Justiniano da Silva Guimarães foram outros conhecidos lentes da disciplina nas faculdades brasileiras.

Neste trabalho, no entanto, considera-se a existência do Pensamento Econômico verdadeiramente brasileiro já no século XIX, justificado pelos debates econômicos ocorridos na época e pelo destaque de membros da sociedade envolvidos com tais questões.

Sobre o período do Império no Brasil, (1822 - 1889), Besouchet (1978, p.14 e 15) afirma que

a dulcificação do sistema escravagista brasileiro, o sentimentalismo romântico que se reflete em nossos movimentos políticos e liberatórios, a concepção humilhante do trabalho relegado às camadas humildes da população, a aristocratização dos costumes nessa terra nova, sem tradições e pobres de recursos econômicos, dão como resultado uma civilização inquieta, desigual, característica, turbulenta nas suas expressões políticas; altruística e romântica nas suas expressões literárias; rebelde em suas expressões nativistas, mas pobre de valores concretos, realistas. (BESOUCHET, 1978, p.14 e 15).

Durante o período supramencionado, em meio ao contexto social descrito por Besouchet (1978), o país ainda passou por uma série de mudanças e problemas econômicos, como crise e reformas monetárias, crise cambial, escassez de meio circulante, decadência da lavoura de cana de açúcar, carência de fontes de energia abundantes, instabilidade dos governos com rápidas mudanças ministeriais e desequilíbrios no Balanço de Pagamentos.

O período ainda contou com escassez de metais, fazendo-se pensar em alternativas para o sistema monetário. Houve constante debate sobre como deveria ser instituído o sistema monetário e bancário brasileiro, no que tange à permissão e regulamentação das emissões bancárias. Segundo Gremaud (1997, p.55), “as questões monetárias e os problemas causados

pelas diferentes formas de expandir o crédito eram constantemente debatidas no Brasil neste período”, levando a controvérsias no pensamento daqueles que controlavam as políticas monetárias e membros da sociedade interessados nas tomadas de decisões, argumentando sobre questões como o lastro, conversibilidade da moeda internacional, responsabilidade pela emissão e nível adequado da taxa de câmbio.

Luz (1975) ressalta que o Pensamento Econômico brasileiro possuía uma tendência a favorecer riquezas naturais, mas que também haviam aspirações a industrializar-se, por parte da população. A autora afirma que

o Brasil vai debater-se, desde a sua elevação à categoria de Reino Unido ao de Portugal, a princípio, e a de Estado Independente, a seguir, de um lado entre os interesses agrícolas, cada vez mais predominantes no país, e de outro, o desejo de industrializar-se, condição julgada imprescindível, pelos espíritos mais lúdicos, à prosperidade brasileira. Promover a industrialização da nação, é pois, sonho que não data de hoje. (LUZ, 1975, p.19)

Em um país recém independente, era de se esperar que muitas questões estariam em pauta, e de acordo que o país ia se transformando, os debates tomavam novos rumos baseados em novas dificuldades. Diante disso, a elite brasileira buscava, entre outros escopos, a implementação de um sistema monetário e financeiro que solucionasse os problemas enfrentados na época, que fosse adequado à realidade brasileira, controlasse a economia nacional e gerasse desenvolvimento.

Irineu Evangelista de Sousa, posteriormente titulado Barão e Visconde de Mauá, foi um eminente membro da sociedade que se destacou pela preocupação e posicionamentos diante dos problemas nacionais no período. Irineu nasceu no Rio Grande do Sul em 28 de dezembro de 1813 e mudou-se para o Rio de Janeiro ainda criança, no ano da Independência, em 1822, sem família na capital fluminense.

Sobre a situação do Brasil, em especial do Rio de Janeiro, nos primeiros anos após a Independência, Besouchet (1978, p.25) afirma que “o mundo em que inicia o menino Irineu Evangelista suas primeiras atividades é o de uma Corte aristocratizada à maneira europeia, mas bastante brasileiro nas manifestações secundárias”. A autora ressalta o regime escravagista empregado no campo e nas cidades e a divisão da população de acordo com suas atividades: “os portugueses estão à frente dos negócios retalhistas; os ingleses, favorecidos pelos tratados comerciais firmados com Portugal e depois com Brasil, dedicam-se às exportações e importações”. Acima desses estavam os burocratas, administradores, clérigos e membros da aristocracia, concentrados nas regiões mais urbanizadas. “Outro lado do Brasil repousava nos

senhores de engenho, nos fazendeiros, nos criadores de gado, nos proprietários de minas, nos importadores de negros”. Esse foi o ambiente em que Irineu viveu seus primeiros anos no Rio de Janeiro.

Irineu teve um contato precoce com o mundo dos negócios. Logo que chegou ao Rio começou a trabalhar como caixeiro na firma de João Rodrigues Pereira de Almeida (1781 – 1830) e estudou contabilidade, línguas e assuntos que o eram de interesse de forma autodidata durante os anos seguintes. Aos 16 anos, com a falência do estabelecimento, foi trabalhar como auxiliar de contabilidade para o escocês Richard Carruthers em sua firma comercial britânica. Nesta continuou os estudos, aprofundando os conhecimentos em contabilidade, tratados de autores internacionais e conquistou a confiança do patrão, que após alguns anos se muda para a Europa e deixa Irineu a frente da firma.

O jovem conseguiu firmar-se no comércio, alcançando certo prestígio na praça comercial do Rio de Janeiro, além de grande riqueza, o que o garantiu como um dos elaboradores do Código Comercial de 1850. No entanto, após visita à Inglaterra em 1840, onde teve contato com a indústria e em particular, com uma fábrica de fundição, decidiu que era hora de dedicar-se à indústria, que, segundo o mesmo, era o melhoramento que o país precisava para se desenvolver e alcançar um período de progresso.

Portanto, inspirado pelo cenário encarado no país mais desenvolvido desde a Revolução Industrial e com a situação favorável criada pela Tarifa Alves Branco de 1844, em 1846 Irineu adquiriu a Companhia Ponta d'Areia, um estabelecimento de fundição, iniciando sua conhecida trajetória como empresário. Esta se seguiu com demais empreendimentos como a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro, Companhia de Navegação do Amazonas, construção do Telégrafo via cabo submarino ligando o Brasil à Europa, e construção de estradas de ferro, com destaque para a Ferrovia de Petrópolis que rendeu a Irineu o título nobiliárquico de Barão de Mauá em 1854 – tendo o título de Visconde de Mauá sido concedido em 1874. Segundo Fochezzato e Santos (2013, p.69), “o Visconde de Mauá controlava 8 das 10 maiores empresas do país; as duas excluídas eram o Banco do Brasil, [...] e a Estrada de Ferro D. Pedro II, ambas estatais”.

Mauá também dedicou grande parte de sua vida ao setor bancário, com a criação do segundo Banco do Brasil em 1840 e o Banco Mauá, Mac-Gregor e Cia em 1855. Ao longo dos anos ocupou cargos políticos, como Deputado Provincial do Rio Grande do Sul pelo Partido Liberal em várias legislaturas dentre 1856 e 1873.

Mauá foi simultaneamente comerciante, industrial, banqueiro, proprietário rural, político e estancieiro no Sul, onde adquiriu muitas terras. Para Besouchet (1978, p.57),

“a união de todas essas diferentes atividades, num equilíbrio difícil de manter, explica suas diversas atitudes aparentemente contraditórias, que são apenas o resultado desse jogo de interesses que dificilmente se podem unir. Suas oscilações têm origem na necessidade de equilibrar as várias formas de capital ativo, o comercial, o industrial e o financeiro, num país como o Brasil que não permitia o predomínio da indústria sobre a agricultura.” (BESOUCHET, 1978, p.57)

Sobre as contradições apresentadas por esse ilustre brasileiro, Cosentino e Gambi (2017, p.1) buscam mostrar em seu trabalho que “Mauá era uma figura ambígua, produto de uma sociedade também ambígua, capaz de produzir coerência nas ideias monetárias, mas contradições entre a filosofia liberal e a prática dos negócios”.

Na literatura até hoje dedicada a Mauá, é costume dar mais destaque ao seu aspecto empreendedor, comumente sendo lembrado como um homem a frente de seu tempo, um grande industrial ou a personificação do capitalismo no Império, como afirma Besouchet (1978, p.33): “A figura de Mauá pode ser estudada sob quatro fases distintas: a do comerciante, a do industrial, a do banqueiro e a do político. De todas a mais importante é seguramente a do industrial [...]”. Souza (2013, p.22 e 23) também enaltece tal aspecto do Visconde:

A figura empreendedora, de longe a mais potente do Império, desconfigurou-se, como existência não só em uma resistência à tentação do conservadorismo e do imobilismo, mas como uma reação viva a essas seduções que acometiam os poderosos de então. (SOUZA, 2013, p.22 e 23).

Luz (1975) ressalta o espírito audaz de Mauá como pioneiro, por levar adiante qualquer empreendimento industrial em um período de muita instabilidade. Bastos (1952) descreve Mauá como o maior capitão de indústria do século XIX. Jorge Audy (2013) afirma que Mauá foi o pioneiro do empreendedorismo inovador no Brasil, tendo criado as bases do desenvolvimento do país na época. O autor ainda acrescenta que Mauá teria forjado com enérgico protagonismo um caminho de enorme progresso e desenvolvimento para os padrões da época. Costa e Wichinevsky (2013) identificam em Mauá um agente inovador, um empresário schumpeteriano, pois segundo estes, Mauá contribuiu para inserir no Brasil um caráter evolutivo, proveniente do sistema capitalista, ao desenvolver novos produtos, rede de transportes e organização industrial.

O caráter político do Visconde é explorado por Rafael Rodrigo Ruela Souza (2007), tendo como fontes principais do estudo a Autobiografia do autor e a biografia de Mauá escrita por Alberto de Faria na década de 1920.

Já o aspecto de Mauá ligado ao sistema bancário pode ser analisado na obra de Carlos Gabriel Guimarães (2012), que, para compreender a História da relação do Estado e o sistema bancário brasileiro, se propôs a estudar a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. Nesta mesma obra, o autor discorre sobre a caracterização feita de Mauá na literatura: nas principais biografias – de Lídia Besouchet (1978) e Jorge Caldeira (1995) – o Visconde é encarado como um precursor do liberalismo e capitalismo no Brasil, com ares de empresário e herói nacional, já em outras obras, como a de Heitor Ferreira Lima (1976), é visto como um grande industrial nacionalista, que buscava o desenvolvimento do país acima de aspirações particulares.

Visconde de Mauá teve ainda outras características marcantes, tendo sido um declarado abolicionista. Sobre este aspecto, Besouchet (1978) afirma que

seus laços de amizade com Eusébio de Queirós e outros abolicionistas destacados demonstram a ligação estreita que sempre manteve com os elementos antiescravagistas. Numa época em que o preconceito contra o escravo era ainda muito forte, Mauá firmava contratos com seus fornecedores europeus estipulando em determinadas cláusulas “não empregar braço escravo”. (BESOUCHET, 1978, p.61).

Liberal e defensor de menos intervenção do governo no mercado, segundo Fochezatto e Santos (2013, p.69) o lema do Visconde era “O melhor programa econômico do governo é não atrapalhar aqueles que produzem, investem, poupam, empregam, trabalham e consomem”. O projeto de 1854 de formação do Banco Mauá, Mac-Gregor e Cia como sociedade comandita por ações também expressa um caráter liberal de seu autor. Segundo Guimarães (2012), sendo esta uma sociedade comercial híbrida, com aspectos da sociedade comercial e da sociedade anônima, não sofreria intervenção do Estado. Na “Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá & C. e ao Público – Autobiografia”, Mauá (1878) lembra que o tipo de organização adotada foi a forma encontrada para a nova sociedade funcionar afastada do arbítrio governativo.

Mauá acreditava na grande importância da liberdade e da iniciativa individual para alcançar progresso e criar condições para o surgimento da indústria. Sobre esta sua relação com o Estado, Cosentino e Gambi (2017, p.6 e 7) ressaltam que

A ideia de que a iniciativa individual levaria ao interesse social traz em si uma visão negativa da intervenção do Estado nos moldes da crítica dos clássicos à política mercantilista do século XVIII, em consonância com o pensamento econômico produzido na terra da revolução industrial.

[...] não se tratava necessariamente de alterar estruturalmente a economia brasileira de base agrícola e mercantil, mas de dar condições adequadas para o funcionamento do mercado e, eventualmente, para o surgimento de indústrias propriamente ditas que pudessem se manter autonomamente. (COSENTINO; GAMBI, 2017, p.6 e 7)

Para os autores Cosentino e Gambi (2017, p.6), conciliar o aspecto liberal e antiescravagista em uma sociedade social e economicamente atrasada criava um tom de contradição. “O problema era justamente aplicar a defesa do liberalismo, a promoção da indústria e a crítica da escravidão num Brasil cuja economia era basicamente agrária, mercantil e escravista”. Portanto, esse caráter liberal de Mauá analisado frente à sua própria história de empreendimentos realizados posta na sua Autobiografia, acaba por gerar um aspecto incoerente em relação às suas atividades e defesas teóricas. Isso pode ser analisado na própria Autobiografia, de 1878, nas diversas vezes em que cita ter sido beneficiado por algum tipo de ajuda ou facilidade obtida do Estado, seja por meio de empréstimos, mudanças na legislação, concessões, podendo até mesmo ser identificado no discurso de inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Petrópolis, onde exalta a ajuda do Estado na pessoa do Imperador Dom Pedro II.

Esses exemplos ilustram a relação de Mauá com o Estado e como o ideal capitalista inglês se concretizava nos limites do Brasil. A dependência relativa que seus negócios tinham do Estado e as restrições à concorrência não combinavam com o discurso da livre iniciativa individual e do liberalismo de maneira mais ampla, embora Mauá sempre as justificasse por meio da identificação de seu interesse individual com o interesse do império. A compreensão desse paradoxo no caso de Mauá reside, a nosso ver, primeiro, no choque entre os princípios liberais e a realidade da economia brasileira. Não seria possível aplicá-los imediatamente numa economia escravista e numa sociedade de Corte. Em seguida, seria preciso considerar o interesse específico de Mauá em cada negócio. O liberalismo de Mauá extraído de sua Autobiografia era eminentemente pragmático e como tal eivado de contradições. (COSENTINO; GAMBI, 2017, p.8).

No entanto, apesar de certa incoerência identificada, Mauá merece especial atenção pelo engajamento com a situação econômica do Brasil, por seus posicionamentos econômicos a respeito dos problemas nacionais, pela busca de desenvolvimento e pela defesa de teorias econômicas que contribuíram para os debates da época, principalmente no que diz respeito à moeda, câmbio e crédito, como é possível verificar em sua obra “O Meio Circulante do Brasil” publicada em 1858 e em sua Autobiografia publicada no mesmo ano.

Poucos foram os autores que se atentaram ao aspecto econômico de Mauá. Santiago Fernandes (1974) foi um desses que reconheceu neste personagem um grande brasileiro por seus méritos nos debates econômicos da época. Fernandes afirma que

há uma faceta de seu gênio que parece totalmente desconhecida e rara de encontrar em homens dotados, como ele, de excepcional capacidade de realização prática. Referimo-nos à aptidão para dedicar-se à atividade especulativa no plano teórico-científico, com êxito, particularmente num campo complexo como é o da economia política. (FERNANDES, 1974, p.4)

O autor reconhece em Mauá o mais relevante espírito científico que o Brasil apresentou no século XIX, não por sua característica industrial e empreendedora, mas por sua contribuição crítica e original a uma ciência em construção, da complexidade e da importância da Economia Política (FERNANDES, 1974).

O Visconde de Mauá foi desde jovem um membro atento às questões sociais e aos debates econômicos que envolviam a sociedade brasileira. Conhecia as teorias internacionais e os clássicos, porém sabia da necessidade de adaptação da teoria econômica a um país repleto de peculiaridades como o Brasil. Nas palavras do mesmo,

não poremos à margem os princípios econômicos, pois reconhecemos que isso seria navegar sem bússola. Temos em vista, porém, aplicá-los às circunstâncias especiais do nosso país sendo para nós evidente que algumas de suas teorias ou não suportam a pressão dos fatos que nos são relativos, ou têm estes de ser explicados de forma a introduzir mais um anel na cadeia científica, cuja força é impossível reconhecer (MAUÁ, 1878).

Um dos mais conhecidos debates ocorridos em meio ao século XIX foi aquele instaurado entre duas correntes de pensamento: metalistas e papalista - que será melhor discutido no Capítulo 2 – em que pode-se perceber grande envolvimento de Mauá.

Segundo Gremaud (1997), apesar de não haver homogeneidade no pensamento dentro de cada corrente, Mauá caracterizava-se como papalista. Tal afirmação deve-se principalmente ao seu posicionamento a favor da emissão de papel-moeda inconvertível, característica da corrente papalista que fazia pesada oposição ao padrão-ouro, com emissões de títulos que equivaliam a papel-moeda ocorrendo de acordo com a demanda do mercado, podendo serem realizadas pelos bancos públicos e privados. Tal posicionamento visava para o Brasil um maior controle do mercado cambial e desenvolvimento do mercado financeiro nacional perante a debilidade de meio circulante que o país enfrentava.

Mauá (1878) explica que, apesar da base metálica ser o regime adotado nos outros países, movimento iniciado principalmente com a centralização das emissões no Banco da Inglaterra e a adoção do padrão-ouro em 1844 com o *Peel Act*¹, o Brasil foi o único que dispensou completamente as espécies metálicas “da missão principal que o mundo econômico lhe assinalou. Estamos, pois, na exceção; como ir buscar na regra os meios de melhorar o

¹ *Bank Charter Act of 1844*, Lei da Carta Bancária em tradução livre, mais conhecido como *Peel's Act*, se refere ao Ato do Parlamento da Inglaterra, em nome de Sir Robert Peel, que, baseados na teoria monetária ortodoxa, restringiu o poder dos bancos ingleses, de forma que a emissão de moeda passou a ser realizada exclusivamente pelo Banco Central da Inglaterra. Tal decisão foi tomada devido às especulações desenfreadas e à instabilidade da economia, que levaram a Inglaterra a um período de recessão.

instrumento de que nos servimos?". Dessa forma, critica aqueles que inspirados pelos exemplos internacionais buscavam a reprodução destes no Brasil sem considerar o histórico nacional e as características que o diferenciava dos demais países.

Para Fonseca (2008), a dúvida posta por Mauá em “O Meio Circulante do Brasil”, de 1878, sobre a universalidade das leis econômicas é semelhante ao pensamento defendido pela Escola Histórica Alemã, explicitando sua crítica à ortodoxia baseado nas distintas formações históricas dos países.

A crítica de Mauá aos metalistas incluía também a noção do valor da moeda apregoadado pela corrente metálica (FERNANDES, 1974). Para ele, se variava o valor (tempo de trabalho) contido na moeda metálica, então esse era um falso padrão de medida. Sobre o padrão de valor da moeda metálica, argumenta que

em vão se tem procurado consegui-lo, falhando ou esbarrando as pretensões dos mais abalizados economistas na impossibilidade de determinar a importância da participação dos agentes naturais na formação do valor em questão, sendo certo que, em alguns casos, haverá maior soma de esforços pessoais para produzir o agente buscado, ao passo que em outros predominará o auxílio de agentes naturais. A teoria da moeda (metálica) é, pois, viciosa economicamente falando e não responde à questão que pretende resolver (MAUÁ, 1878).

Tais questões relacionadas à moeda e o crédito foram centrais durante quase todo o século que, como supramencionado, caracterizou-se pela falta de meio circulante e metais. Portanto, uma das preocupações de Mauá era a oferta de moeda em quantidade adequada àquela sociedade. A corrente metálica defendia que essa situação fosse corrigida através da obtenção de mais metais, porém só existiam duas formas de obter ouro: aumento da produção em escala grande o suficiente para garantir entrada de metais ou fazer uso do crédito no exterior, sendo ambas rejeitadas pelo Visconde. Segundo Cosentino e Gambi (2017, p.12),

Para Mauá, o fundamental era conseguir uma oferta monetária suficiente para atender, sem excessos, as transações de todo o Brasil. Era importante considerar as necessidades das províncias e não só da Corte, ponto que Mauá e Souza Franco criticavam em seus adversários defensores da moeda metálica. (COSENTINO; GAMBI, 2017, p.12).

Em uma época em que a Economia Política no Brasil não dispunha de instrumentos medidores da inflação, como números-índices, o espírito científico de Mauá indicava mais uma vez a trilha plausível a seguir (FERNANDES, 1974). Mauá (1878) observa que a taxa cambial não poderia ser o regulador da quantidade de moeda em circulação devido ao sistema metálico de outros países e que a taxa de juros também não poderia servir de “termômetro” pois trata-se de um país muito vasto, com variadas condições econômicas. Sendo assim, lança mão de "dados

comparativos", a fim de observar a quantidade de meio circulante per capita em outros países. Cita a França e observa que apesar de possuírem semelhante proporção “entre os elementos que criam a riqueza em ambos os países”, ainda assim parecia-lhe pouco o meio circulante do Brasil.

Dessa forma, defende que para promover oferta suficiente de meio circulante seria necessária a emissão de papel-moeda inconvertível ou conversível em ativos, que era elástico, ou seja, podia expandir-se ou contrair-se em obediência à lei econômica, em detrimento do papel-moeda conversível em metal, que possuía pouca flexibilidade em relação à sua demanda e poderiam atrair a imobilização de recursos, excluindo a opção de um lastro metálico, inconveniente para a situação econômica em que o país se encontrava.

O papel inconvertível [...] não pode deixar de ser reconhecido, e apreciado, como um instrumento de permutas benéfico, pois sem ele, só fazendo sacrifícios talvez desproporcionados às nossas forças, teríamos dominado as dificuldades que a natureza das coisas impõe à inexperiência, tratando-se de fundar e organizar uma sociedade nova, e ainda tendo-se presente as contrariedades do caráter especial que interpuseram sua influência (MAUÁ, 1878)

Assim, com a liberdade bancária representada pela pluralidade de emissão de papel-moeda pelos bancos, regulados apenas pela lei da oferta e demanda, haveria o fornecimento ideal de meio circulante no comércio. Afirma que

Se a moeda, e os bilhetes de banco conversíveis à vontade dos portadores constituem o motor por excelência das transações monetárias de qualquer país, porquanto esse tipo comparativo do valor não constitui unicamente ordens à vista sobre o capital do país que lhe dá circulação, mas tem a vantagem de ser aceito para o mesmo fim pelo valor convencional que seu cunho lhe empresta, em toda a parte, aonde o comércio tem estendido a sua ação civilizadora, o que, na verdade, nada deixa a desejar. Não se segue que essas condições superlativas de um ótimo meio circulante, dos países que possuem amplos recursos para mantê-las, não possam ser substituídas, com vantagem, com grande vantagem mesmo, pelo papel não convertível temporariamente de bancos de inteiro crédito, de grande capital, que, forçados pelas circunstâncias especiais de qualquer país, se vejam compelidos a conservar em sua carteira, em vez de ouro, títulos particulares de bom crédito e do Estado, representando suas notas em circulação. (MAUÁ, 1878)

Sendo assim, para Mauá as emissões de papel inconvertível junto ao aumento de fornecimento de crédito - um poderoso instrumento que nas sociedades bem organizadas supre a falta de meio circulante - seriam fundamentais não somente para o fornecimento adequado de moeda, mas como importante meio de gerar o desenvolvimento do sistema financeiro, sendo este importante para o funcionamento de diversos setores da sociedade. De acordo com Gremaud (1997), Mauá acreditava que os bancos eram um ponto chave para acelerar o crescimento, sendo necessário lançar mão de instituições de crédito e coloca-las à serviço da indústria.

Contrário às ideias metalistas, Mauá aponta que a pluralidade de emissão ou até mesmo o aumento de emissão por parte do Estado não geraria um excesso de oferta monetária e, portanto, não seria capaz de desenvolver uma desvalorização cambial, como apontado, sendo inclusive um meio bastante adequado de salvar o país em situações de crise. Lembra que várias emissões foram feitas sem afetar o valor do papel - como no caso das emissões realizadas para financiamento da Guerra contra o ditador paraguaio - que continuou a ser exclusivamente regulado pelo valor dos produtos exportáveis, sem nenhuma referência à moeda metálica, cujo valor era completamente dominado por esse papel (MAUÁ, 1878).

Desta forma, o câmbio e as emissões de moeda não estariam relacionados, como era especulado na época. Este seria, por conseguinte, resultado da situação das importações e exportações, de forma que o valor da moeda seria determinado pelo valor dos produtos brasileiros exportados, em sua grande maioria agrícolas, sujeitos às condições climáticas e consequente qualidade das colheitas. No Relatório da Comissão de Inquérito nomeada por aviso do Ministério da Fazenda de 10 de outubro de 1859, Mauá afirma que é fora de dúvida que a importância da produção agrícola exportável, regulada pelos seus valores nos mercados consumidores, determinam o curso do câmbio. Aponta que a queda do câmbio poderia ocorrer por quatro causas: pela deficiência das colheitas e estagnação da produção; depreciação dos produtos nos mercados consumidores; de um nível de importação superior às necessidades de consumo nacional; ou proveniente de influências transitórias que poderiam determinar a baixa do câmbio (BRASIL, 1860, p.93).

Após evidenciar que o papel-moeda inconvertível foi benéfico ao país em variadas situações, argumenta que esse papel poupou o Brasil da necessidade de converter em ouro divisas resultantes das exportações dos produtos nacionais, pois caso fosse adotada a política indicada pelos "malsinadores de nosso papel-moeda" - como Mauá chamava aqueles com ideias incompatíveis com a estrutura da economia brasileira, principalmente os defensores da corrente metalista - isso implicaria pressão deflacionária, o que geraria certa restrição da produção nacional, além de impedir a importação de bens de que o Brasil necessitava, em sua maioria bens manufaturados (FERNANDES, 1974).

Mauá mostra, então, bem compreender os efeitos das políticas monetárias discutidas no período, explorando as consequências de medidas referentes às emissões de moeda e de uma maior liberdade de crédito. O Visconde, através de seu conhecimento teórico, análise da situação brasileira e de dados empíricos, apresenta seus posicionamentos e nos permite ter

maior entendimento de sua visão econômica. Portanto, devido à grande importância dada em suas obras à questão monetária e pontos relacionados, no próximo capítulo serão discutidas as questões teóricas referentes a tal assunto, onde serão abordados os debates internacionais e nacionais da época, permitindo nos aprofundar nas referências teóricas-práticas e cenários estudados e analisados por Mauá.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO DA TEORIA ECONÔMICA NO SÉCULO XIX

2.1 Debate monetário internacional

Devido ao crescente volume de metais, principalmente ouro e prata, que eram transportados das colônias para as metrópoles europeias no século XVIII, houve um acréscimo significativo nos meios de pagamentos, dando início às discussões sobre as possíveis consequências inflacionárias deste movimento. Tal fenômeno foi ainda acrescido da Revolução Industrial, de um crescimento significativo da população e das modificações que ocorriam no sistema financeiro, especialmente da Inglaterra.

Assim, foram se desenvolvendo correntes teóricas referentes à questão da moeda e, por conseguinte, no início do século XIX tomou forma uma discussão de teoria econômica envolvendo os debates internacionais da época entre os bullionistas e antibullionistas. Segundo Mollo (1994, p.81), o debate tinha como pontos de interesse:

“ (a) a pertinência da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) e a consequente necessidade de controlar a oferta monetária; (b) a relação entre a TQM e o balanço de pagamentos; (c) a relação entre a economia real e a monetária; e, finalmente, (d) a relação entre os fenômenos monetários e a estabilidade ou instabilidade dos preços. ” (MOLLO, 1994, p.81)

Seguindo a linha de pensamento mercantilista, os bullionistas, defensores da Teoria Quantitativa da Moeda, apregoavam o juízo de que o acúmulo de metais preciosos traria riqueza e prosperidade, de forma que medidas que culminassem na permanência ou entrada de metais no país eram consideradas corretas (LEMOS e SILVA NETO, 2017). Tal pensamento baseava-se na conclusão de que quanto maior a quantidade de moeda circulando na economia, mais dividido estaria o valor da soma total de ouro estocado. Logo, consideravam que o padrão-ouro seria adequado à economia devido à conversibilidade da moeda em ouro criar um ambiente de estabilidade dos preços.

Os bullionistas então, acreditavam em uma quantidade ótima de moeda em circulação na economia, sendo que esta ainda contribuiria para o equilíbrio do balanço de pagamentos e a taxa de câmbio. Wheatley, Lauderdale, Thorton e Ricardo foram alguns dos principais teóricos dessa corrente.

Já os antibullionistas argumentavam que o padrão-ouro limitava o crescimento econômico devido à quantidade de moeda disponível, levando à deflação, queda da produção e acumulação de riquezas (EICHENGREEN, 1994). Em pensamento oposto ao dos bullionistas, os antibullionistas acreditavam que a variação nos preços ocorria devido à velocidade de

circulação da moeda, e não devido à quantidade de moeda. Nesse sentido, a relação defendida era de que o aumento dos preços seria a causa e não consequência do aumento de moeda.

Com um pensamento heterodoxo, os pensadores dessa corrente defendiam que não era necessário o lastro metálico, em ouro para se emitir e utilizar a moeda. Reconheciam a possibilidade de alterações no balanço de pagamentos devido à situação do comércio internacional e ainda consideravam os efeitos de curto prazo no que se refere à moeda (LEMOS e SILVA NETO, 2017). Como representantes desta corrente temos Bosanquet, Trotter e Boase.

As duas correntes eram o centro do debate econômico e orientaram as discussões por alguns anos, no entanto, a conjuntura da Inglaterra levaria o debate a uma nova faceta. Em meio às Guerras Napoleônicas, que se arrastaram ao longo do fim do século XVII até início do século XIX, foi determinada a suspensão do resgate das notas do Banco da Inglaterra por barras de ouro, o *Bank Restriction Act* de 1797, o que gerou depreciação da taxa de câmbio e fez com que os metais preciosos passassem a ser cotados por um preço superior ao do papel. Segundo Lopes e Rossetti (1998, p.189) “essa tendência se acentuou ainda mais com o entesouramento do ouro e a consequente necessidade de suplementação da oferta monetária por notas de emissão do Banco da Inglaterra”.

Mollo (1994) destaca que o período da inconvertibilidade, compreendido entre 1797 a 1821, foi caracterizado por inflações (1797 a 1814) e deflações (1814 a 1821), junto a falências bancárias, destruição de parte do estoque de papel moeda, aumento com gastos militares e queda de safras.

Devido a tais eventos e à situação em que o país mais relevante economicamente no período se encontrava – em uma conjuntura de descontrole dos níveis de preços, em um período marcado por diversas crises monetárias e com um sistema misto onde circulavam ouro e notas bancárias – , desencadearam críticas à política monetária seguida pelas autoridades, fazendo com que o debate sobre a quantidade adequada de meio circulante na economia e posicionamentos sobre a Teoria Quantitativa da Moeda voltassem a eclodir na Europa (EICHENGREEN, 1994).

Dessa forma, por volta de 1825 até 1865, um novo debate econômico envolvendo as questões monetárias, em especial a causalidade entre moeda e preço, se instala entre duas correntes controversas principais: a *Currency School*, continuação da Escola Bullionista,

contava com Ricardo, Overstone, Friedman e Torrens como representantes e a *Banking School* com Tooke, Thornton, Mill, Keynes e Fullarton.

Os efeitos de longo prazo das políticas monetárias eram consenso entre as duas correntes, sendo que ambas escolas concordavam no que dizia respeito à geração de maior estabilidade para a economia devido à conversão das notas bancárias em ouro, além de que o valor do ouro seria determinado pelo custo de produção e por sua aceitação na sociedade. No entanto, se tratando das medidas e efeitos de curto prazo, os posicionamentos eram divergentes. Segundo Mollo (1994), o debate tinha como foco principal a questão da quantidade adequada de meio circulante, o controle monetário e as diferentes visões sobre a Teoria Quantitativa da Moeda, e a relação entre o real e o monetário.

Desde 1568, com Jean Bodin (1530-1596), que a teoria quantitativa estava em pauta nas discussões econômicas, sendo que, segundo Nunes (1991, p.71), Ricardo desenvolveu na sua obra “On the High Price of the Bullion” de 1810 a formulação mais rigorosa da Teoria Quantitativa da Moeda até então.

A *Currency School*, ou Escola Monetária, se caracterizava por ser bastante austera ao estabelecer os limites para a circulação monetária. Devido à crença na Teoria Quantitativa da Moeda, acreditava-se que a quantidade de moeda em circulação na economia inferia diretamente no nível de preços, ou seja, na inflação, supondo que a velocidade de circulação da moeda era constante. Dessa forma, além de defender a conversibilidade das notas bancárias em ouro a fim de controlar a quantidade de moeda em circulação e estabilizar a economia, segundo Mollo (1994, p.87), os defensores desta corrente sugeriam “controles quantitativos de curto prazo, estreitamente ligados ao estoque de ouro do país, como se se tratasse de uma moeda puramente metálica”.

Segundo os autores que alimentaram a teoria dessa corrente, o declínio no valor das notas bancárias se devia a emissões em demasia, o que provocava o aumento dos preços e a consequente depreciação da moeda e da taxa de câmbio (LOPES E ROSSETTI, 1998).

A *Currency School* possuía ainda um carácter liberal, em que, apesar de defender o controle da quantidade de moeda circulando na economia, não deliberavam tal função ao Estado, de modo que este não deveria intervir em tais questões, além de considerarem desnecessário o desenvolvimento de Bancos Centrais.

Os pensadores da corrente apregoavam que o limite de meio circulante deveria ser determinado através do nível de entrada e saída de ouro do país, do que derivou o *Currency Principle* ou Princípio Monetário. Segundo Mollo (1994, p.87), tal princípio consistia na regra de que “a quantidade de moeda em circulação deveria crescer sempre que houvesse entrada de ouro no país e deveria cair se houvesse saída de ouro para o Exterior”.

Em 1827 foi instaurado na Inglaterra a *Palmer's Rule*, que visava amparar o *Currency Principle*. Segundo Lemos e Silva Neto (2017), tal regra

trazia a ideia do padrão ouro, mas se adaptava a um sistema misto. A partir deste momento, o sistema bancário somente deveria emitir títulos lastreados em suas reservas e a emissão de notas deveria variar positivamente de maneira proporcional à variação do ouro em espécie (Lemos e Silva Neto, 2017, p. 10).

Os teóricos desta Escola acreditavam fortemente que o controle da quantidade de meio circulante através da base monetária, ou seja, controle da oferta de moeda, era o ponto chave para controlar a economia e mantê-la estável gerando um efeito anti-cíclico, evitando booms e recessões. No entanto, a definição de moeda na época ainda não era convenção, sendo que para esta escola os depósitos não eram dinheiro e o crédito era ainda pouco compreendido. Segundo Costa (2009), Lord Overstone (1796-1883), considerado o líder da *Currency School*,

insistiu que os depósitos deviam ser distinguidos dos meios circulantes, porque o decréscimo dos depósitos não corrigiria taxa de câmbio adversa. Não negou que o comportamento dos depósitos podia afetar a estabilidade monetária, mas afirmou que depósitos eram, em última instância, meramente meio de economizar moeda corrente. Esta última que era importante ser controlada diretamente (Costa, 2009, pg. 9)

A *Banking School*, ou Escola Bancária, corrente oposta e baseada no princípio do *laissez-faire*, discordava que o padrão-ouro seria o melhor sistema monetário para a economia e para evitar oscilações, pois o rigoroso controle da base monetária poderia causar distúrbio econômico. Inversamente à *Currency School*, acreditavam que a quantidade de moeda em circulação era dependente do nível de preços e que, sendo o sistema monetário da época misto, não deveria ficar sujeito às flutuações de um sistema-ouro. Assim, a intervenção para regular o sistema monetário não viria do Estado e sim das instituições bancárias que seriam capazes de instituir uma dinâmica monetária de forma mais competente através das necessidades dos negócios (EICHENGREEN, 1994).

Para tais pensadores, o ouro não seria o melhor padrão para determinar as flutuações nos preços, uma vez que nem todo o ouro existente estaria em circulação, o que impede sua correspondência em quantidade de notas bancárias na economia, já que, dessa forma, a velocidade de circulação da moeda variava de acordo com o entesouramento ou não da mesma,

variando inclusive no curto prazo e afetando os saldos monetários. O entesouramento ou não dos meios de pagamento ainda se refletiriam no nível de preços. Segundo Costa (2009, pg.7), foi John Stuart Mil (1806-1873) quem limitou a Teoria Quantitativa da Moeda “para o caso de circulação puramente metálica, por restringir sua validade à quantidade de moeda que realmente circula”.

Os teóricos da Escola Bancária apregoavam então, que a quantidade de notas bancárias na economia seria controlada por limites naturais de emissão gerados pela demanda, através da percepção de mercado dos bancos com restrição ou concessão de crédito, não permitindo que houvesse excesso ou escassez de meio circulante. Tal concepção permitiu a essa teoria uma visão endógena dos determinantes da quantidade de moeda, em que, não sendo a moeda neutra e tendo contrapartida na economia real, a tentativa de controle da quantidade poderia gerar crises econômicas.

A principal crítica da *Banking School* à *Currency School* era de que estes desconsideravam as letras de câmbio e os depósitos bancários como meios de pagamento e consideravam a velocidade de circulação da moeda constante. Sobre a concepção teórica da *Banking School* relativas às questões monetárias e a responsabilidade endógena de seus efeitos, Mollo (1994) afirma que

Ao contemplar a demanda de crédito como algo que varia com o volume dos negócios, já percebia que frear essa demanda significaria impor problemas econômicos. Estes, segundo os teóricos bancários, poderiam ser agravados com controles de curto prazo relacionados ao padrão-ouro. Diziam, entre outras coisas, que se houvesse restrições à emissão de notas ou controle de depósitos, gerados por um movimento qualquer de saída de ouro, e se essa saída fosse algo transitório decorrente de mero surto de desconfiança, por exemplo, as restrições às notas bancárias emitidas e aos depósitos, só agravariam os problemas, ampliando as flutuações no processo produtivo. (Mollo, 1994, p. 90)

A Escola Bancária se coloca então como apregoadora da teoria heterodoxa da moeda e, de acordo com Costa (2009, p. 24), “os heterodoxos discordam dos ortodoxos monetaristas diz respeito à possibilidade de sustentar algo diferente, ou seja, em longo período, controlar a base monetária e deixar a taxa de juros inteiramente volátil”. A moeda possuiria caráter endógeno às forças de mercado e não-neutralidade, pois sua retenção não gera nem renda nem emprego (COSTA, 2009).

No que se refere à necessidade de Banco Central e à relação com a taxa de juros, diferente da corrente oposta, acreditavam que um Banco Central poderia auxiliar no funcionamento da política monetária, pois

o Banco poderia dar sinal de perigo, elevando a taxa, então induzindo banqueiros a racionar crédito, tendo em vista fortalecer a própria liquidez. Contrariamente, taxa de juros muito baixa podia gerar estado de crédito frouxo que sancionaria preços crescentes, o que, por sua vez, estimularia mais demanda por empréstimos, em antecipação à inflação (Costa, 2009, pg.20).

Portanto, enquanto a *Banking School* considera a endogeneidade da teoria monetária, passível de análise pelo lado da demanda, a *Currency School* considerava o lado da oferta monetária, defendendo fatores exógenos como determinantes da quantidade de meio circulante. Lopes e Rossetti (1998, p. 190) sintetizam as teorias matematicamente e apresentam as seguintes funções de causalidade para a *Currency School* e a *Banking School*, respectivamente, em que P refere-se ao nível de preços e M a quantidade de moeda em circulação na economia:

$$P = f(M)$$

$$M = f(P)$$

Uma outra escola de pensamento da época foi a Birmingham School, que representava aqueles que acreditavam não haver possibilidade de controle das flutuações econômicas através da quantidade de moeda em circulação na economia e defendiam uma moeda inconversível em metais, abandonando totalmente a base metálica defendida pela *Currency School*. O principal pensador desta corrente foi Thomas Attwood (1783-1856), economista conhecido pela colaboração para aprovação da Lei da Grande Reforma de 1832, que gerou significativas mudanças no sistema eleitoral inglês em favor da classe trabalhadora.

2.2 Debate monetário nacional

Segundo Salomão (2016), a discussão nacional acerca das questões monetárias foi fortemente influenciada pela realidade política que se observava na Inglaterra durante o século XIX, de forma que é possível perceber uma tendência de importação de ideias econômicas europeias, tendo estas auxiliado na condução de políticas econômicas adotadas durante o período imperial.

Celso Furtado (1982, p.16) observa que

todos os esforços se gastam numa tarefa que a experiência histórica demonstrava ser vã: submeter o sistema econômico às regras monetárias que prevaleciam na Europa. Esse enorme esforço de mimetismo derivava de uma fé inabalável nos princípios de uma doutrina que não tinha fundamento na observação da realidade (Furtado, 1982, p.161).

No entanto, é possível identificar análises e argumentações que mostram que a teoria que se desenvolvia por aqui tendia a ponderar, em certa medida, sobre as peculiaridades do país, intrínsecas ao sistema econômico nacional.

Fonseca (2008) acredita que a singularidade das teorias surgidas no Brasil, frente às teorias internacionais, se devia ao fato destas terem se desenvolvido em uma economia essencialmente agroexportadora. O autor afirma que tais teorias assumem

[...] também um caráter peculiar por centrar-se na discussão sobre o *modus faciendi* da política econômica, em suas prioridades e operacionalização, ao incorporar novo foco ao debate econômico, tradicionalmente centrado na antiga polaridade entre liberalismo e intervencionismo. Enquanto esta se centrava nas razões sobre se o estado poderia ou não intervir na economia, recorrendo a argumentos doutrinários ou axiológicos, coerentes com a formação jurídica dos bacharéis e homens cultos da época, a contenda entre papelistas e metalistas rompia em algo à primeira vista mais simples, mas responsável por profundas consequências na operacionalização da política econômica e no manejo de seus instrumentos. Passava-se a enfatizar, em um tom mais pragmático, já que visava à utilização imediata, quais deveriam ser os objetivos de curto prazo da política econômica e a melhor combinação de instrumentos e meios para viabilizá-los (Fonseca, 2008, p.6).

Para Salomão (2016), a recorrente carência de divisas comum de uma economia agroexportadora como o Brasil, junto a um sistema bancário incapaz de satisfazer às necessidades de liquidez adequadamente, foram suficientes para que se desenvolvesse um debate monetário, onde duas correntes teóricas se formaram: metalistas e papelistas.

As controvérsias monetárias: padrão monetário conversível ou inconversível em metais, câmbio fixo ou flexível e a busca pela estabilidade ou crescimento econômico, foram as principais questões discutidas no Brasil no período da segunda metade do século XIX e início do século XX.

Os metalistas, categorizados como ortodoxos, eram aqueles que em sua essência defendiam os preceitos do padrão-ouro, que deveria garantir a estabilidade da economia através do controle monetário e do câmbio, sendo só assim possível elevar o patamar da civilização e da economia brasileira. Este ponto da teoria era ainda reforçado pela experiência política do país hegemônico Grã-Bretanha, tendo esta influência mundial nas teorias econômicas desenvolvidas e em suas medidas de política monetária, em especial. Para Fonseca e Mollo (2012), os metalistas se basearam na Teoria Econômica Clássica, em autores como Smith, Ricardo e Say.

O padrão-ouro consistia na adoção de taxa de câmbio fixa e moeda totalmente conversível em ouro. Tal consideração fazia com que os defensores desta corrente acreditassem

que caso ocorresse emissão de moedas em excesso, elas teriam seu valor reduzido, de forma que, para não haver desvalorização da moeda, deveria ter paridade entre o volume de ouro e de papel emitidos. Dessa forma não incorreriam em inflação e a estabilidade alcançada faria com que os metais entrassem livremente no país.

Segundo Gremaud (1997), os metalistas acreditavam ainda que o regime de câmbio fixo deveria ser baseado no conteúdo metálico que a moeda nacional representava, ou seja, em sua conversibilidade. Outro ponto de foco dos metalistas era a defesa do monopólio emissor, os quais defendiam que pelo menos no início o controle das emissões de moeda deveria estar sobre responsabilidade e controle do governo.

Como representantes dos metalistas temos, entre outros, Joaquim José Rodrigues Torres, Francisco de Sales Torres Homem e Joaquim Duarte Murinho.

Opondo-se à outra corrente, os papelistas defendiam a inconversibilidade da moeda, ou seja, defendiam a adoção da moeda fiduciária no sistema financeiro brasileiro. Tal pensamento era justificado pelas dificuldades em se manter o padrão-ouro e a total conversibilidade da moeda no país e pela crescente demanda de meio circulante percebida no período, de forma que a oferta de crédito era insuficiente. A inconversibilidade auxiliaria na alavancagem da economia brasileira através da facilitação de acesso ao crédito e devido ao déficit público. Assim, contrário aos metalistas que priorizavam a estabilidade econômica, os papelistas buscavam o crescimento econômico (FONSECA, 2008).

Com um pensamento menos teórico e baseado em questões empíricas, os papelistas criticavam um princípio básico da política econômica clássica, defendida pelos metalistas, o do orçamento salutar, e defendiam a necessidade de se adotar uma política monetária que beneficiasse os setores produtivos (SALOMÃO, 2016).

Os papelistas acreditavam que as dificuldades no balanço de pagamentos não deveriam ser afrontadas com medidas restritivas, e sim com mais crescimento. Dessa forma, consideravam tão importante quanto o controle do câmbio, o controle da taxa de juros. O nível de liquidez da moeda seria definido através da oferta de moeda que seria determinada pelo estado dos negócios. Ou seja, confiava-se que os bancários teriam a sabedoria de identificar o quanto de moeda deveria ser inserida na economia, sem que alterasse o nível de preços. Este ponto era bastante criticado pela corrente oposta que considerava este um pensamento irresponsável e imprudente.

Fonseca (2008, p.5) esclarece que os papelistas, assim como os representantes da *banking school* e os antibullionistas,

procuravam lembrar que o mercado monetário era mais complexo, onde influíam expectativas, clima de confiança e convenções, com impacto decisivo em variáveis como a velocidade de circulação monetária e, portanto, indissociáveis da execução da política monetária (Fonseca, 2008, p.5).

No que se refere ao controle da taxa de câmbio, estes acreditavam que a taxa não sofria interferência apenas pelos aspectos monetários, mas também da situação em que se encontrasse o balanço de pagamentos. Assim, a expansão ou contração de papel não afetaria o câmbio.

Segundo Salomão (2016, p.6), os pensadores papelistas, “baseados na *Real Bills Doctrine*, seguros estavam de que a emissão de papel-moeda representava uma legítima transação de compra e venda a crédito ocorrida espontaneamente e que, por este motivo, dificilmente resultaria em inflação”², já que a expansão monetária acompanharia a expansão dos negócios. Tal teoria embasava ainda, outro ponto defendido pela corrente: a liberdade de emissão.

A liberdade emissora realizada pelos órgãos públicos, desde que conscientes das necessidades do país, ou pelos bancos ao invés do Tesouro Nacional, seria o melhor meio de acompanhar as flutuações da conjuntura e dos negócios de forma a manter equilíbrio, além de ser a forma mais eficiente de gerar a melhor distribuição devido à grande extensão geográfica do Brasil.

Os papelistas eram, em sua maioria, industriais, produtores rurais e comerciantes. Fonseca e Mollo (2012, p. 222), subdividem os pensadores desta corrente em dois grupos, como descrito:

Ao investigar-se com mais acuidade o pensamento dos papelistas, podem-se detectar pelo menos dois grupos – semelhante aos “meios-termos” apontados por Schumpeter no contexto inglês. O primeiro, mais moderado, não negava a conversibilidade como regra, mas advogava seja seu relaxamento (como nas crises ou nas safras, para possibilitar aumento do meio circulante e “estímulo aos negócios”) seja uma ancoragem ao ouro mais flexível, como uma porcentagem de lastro que poderia ser alterada dentro de certos limites. Dentre eles podem-se citar Souza Franco (ministro na década de 1850), o Barão de Mauá, os viscondes de Cruzeiro e de Ouro Preto, João Alfredo e o Conselheiro Laffayette. Já o segundo grupo, o qual tudo sugere congregar

² A *Real Bills Doctrine*, ou doutrina das contas reais em tradução livre, foi a norma que considerava que a emissão de moeda poderia ocorrer em troca de descontos para dívidas de curto prazo, por intermediação do Banco Central ou dos bancos privados. Assim, a oferta de moeda seria controlada pelas forças do mercado por meio de serviços bancários competitivos. Tal norma ia contra os princípios da Teoria Quantitativa da moeda, pois considerava que o aumento de moeda em circulação através destes empréstimos não causaria inflação.

menor número de adeptos, inclui homens de perfil mais radical, como Rui Barbosa, que em alguns momentos chegaram a negar e a entender como pernicioso qualquer regra de conversibilidade e a defender a pluralidade de bancos emissores e plena liberdade de atuação para que estes pudessem contra-arrestar os “ciclos dos negócios” (Fonseca e Mollo, 2012, p. 222).

Para Fonseca (2008), o debate monetário difundido no século XIX entre os metalistas e papelistas foi bastante importante para as teorias desenvolvidas no século seguinte. Fonseca (2008, p.3), diz que tal controvérsia “ao trazer à baila o *modus faciendi* e os objetivos da política econômica, constituiu-se em importante momento na formação e na difusão de ideias que, mais tarde, iriam se corporificar no desenvolvimentismo brasileiro”³.

³ Fonseca (2008, p.3) se utiliza do conceito de desenvolvimentismo definido por Bielschowsky (1988: p. 7): “ideologia de transformação da sociedade brasileira” assentada em um projeto econômico voltado à industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento.

CAPÍTULO 3 – MAUÁ E AS APRECIACÕES ECONÔMICAS SOBRE O BRASIL IMPÉRIO

Considerando as questões lançadas nos capítulos anteriores, onde foram discutidas as produções de Mauá e relacionadas a ele e todo o debate teórico econômico desenvolvido na época de formação e amadurecimento de suas ideias econômicas, sobretudo relacionadas à moeda, neste capítulo iremos apresentar tais questões a partir das publicações de artigos de Mauá nos jornais.

Durante o século XIX, período de interesse neste estudo, o jornal impresso era o principal meio de comunicação no Brasil. Nos jornais eram desenvolvidos debates sobre assuntos diversos, de interesse da sociedade, além de informativos, classificados e produções literárias. Dessa forma, era costume das figuras públicas e demais interessados em debates de assuntos variados a publicação de seus posicionamentos e declarações.

O Rio de Janeiro - RJ, cidade onde o Visconde de Mauá passou a maior parte de sua vida, possuía no período dois principais jornais, o Jornal do Commercio e o Correio Mercantil (Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ)). O Jornal do Commercio foi um dos mais importantes do século XIX em circulação no Rio de Janeiro, tendo sido fundado em 1827 e encerrado as atividades em 2016. Durante o século XIX suas publicações eram relacionadas principalmente a questões econômicas, políticas e ao comércio nacional e internacional do Brasil. O Correio Mercantil foi outro jornal de grande circulação e importância no Rio de Janeiro durante o Império, também com publicações variadas, com foco no comércio, política, informativos sobre as províncias do Brasil e sobre o mundo.

A seguir, serão analisados artigos publicados pelo Visconde nestes jornais, onde Mauá apresentou alguns posicionamentos acerca de pontos variados no que concerne à economia do Brasil e suas questões monetárias, creditícias, cambiais e outras. Neste capítulo não buscaremos nos alongar nas origens dos debates e das questões discutidas por Mauá ou os rumos que tomaram, buscando nos atentar a identificar novas informações e posicionamentos que contribuam para o entendimento do debate econômico do século XIX e, principalmente, a contribuição de Mauá para este.

3.1 O projeto de retomada do padrão-ouro

Em 1858, um ano após a identificação de uma crise cambial no Brasil e significativa desvalorização da moeda, o Sr. ministro da fazenda Francisco de Sales Torres Homem formulou uma lei bancária embasada em um projeto financeiro que buscava a estabilidade econômica através da retomada do padrão-ouro e do monopólio emissor pelo Banco do Brasil.

O então Barão de Mauá publicou no Correio Mercantil suas apreciações sobre o projeto do ministro. Segundo Mauá,

o projeto tem em vista substituir o regime do papel-moeda, que infelizmente domina a circulação monetária do império ha cerca de 36 anos, fazendo aparecer como por encanto, a época tão ardentemente almejada por todos os homens pensadores, de ter o Brasil um meio circulante estável baseado nas espécies metálicas únicas que devem realmente servir de padrão de valor nas sociedades bem organizadas (Mauá, 1859, ed. 00184, pg.2).

O então Barão de Mauá mostra nessa questão uma de suas características mais marcantes, a de adaptação. Mauá tem plena consciência das peculiaridades e necessidades do país, entende que as condições e a conjuntura do Brasil não permitem que o sistema monetário se torne totalmente metálico no curto prazo, apesar de desejável.

Já se vê que afagamos a *ideia* do projeto, e que nada nos seria mais agradável do que ter de sustenta-lo, porque somos dos que rejeitam desapiedadamente toda a ideia financeira relativa à circulação monetária do país que não tenha em vista a *volta dos pagamentos metálicos* em época mais ou menos distante, ou mesmo *desde já*, se nos demonstrarem a *praticabilidade* de medidas que conduzam a esse fim (Mauá, 1859, ed. 00184, pg.2, grifo do autor).

Mauá esclarece que um projeto de tal magnitude precisa apoiar-se nos princípios da ciência e nas condições econômicas do país, baseando-se em fatos bem examinados e bem apurados sobre o que se pretende estabelecer, o que não acontece com este em questão, considerando que a adoção do projeto impediria, em vez de promover, a realização da ideia que pretende realizar.

Segundo análise do Barão, a implementação do projeto de lei do ministro de finanças causaria inúmeras falências de casas sem capital próprio e que se utilizam de crédito indevido, além da falência de estabelecimentos consolidados, que contam com capital próprio. Outra consequência da lei seria que

não o *papel bancário*, o que seria secundário em outras condições, mas o CRÉDITO, cessaria de funcionar por algum tempo no Brasil, seguindo-se uma *liquidação forçada* da máxima parte das transações e uma estupenda depreciação de todos os valores públicos (Mauá, 1859, ed. 00184, pg.2, grifo do autor).

Mauá ainda cita outras consequências, sendo elas: fim do espírito de associação, impossibilidade de rotar-se as terras além do que já existem em cultivo, abandono de terras

cultivadas devido à falta de crédito, grande diminuição da produção, ruína do comércio, fim das pequenas indústrias, redução das rendas públicas e grande depreciação no valor dos títulos do Banco do Brasil, que seria a única instituição financeira emissora.

Em resumo, as medidas do ministro atacariam “*direitos adquiridos*, a fé dos contratos, o valor dos títulos legitimamente possuídos, ofendendo assim o *direito de propriedade* que constitui uma das condições da existência social” (MAUÁ, 1859, ed. 00194, pg.2, grifo do autor).

Mauá ainda se dedicou a defender os interesses do seu estado natal, Rio Grande do Sul, pois a emenda do ministro da fazenda levaria à inevitável liquidação do Banco do Rio-Grande, primeira instituição de crédito da província e um banco de grande importância para a região, sendo os depósitos o elemento principal de funcionamento do banco.

Outra preocupação do Barão se refere à situação do papel moeda inconvertível e dos bancos. Segundo Mauá,

Para reconhecer-se o projeto contraria os princípios da ciência econômica, basta refletir que ao passo que ele exige dos bancos o *impossível*, aquilo cuja realidade não está nas suas forças, deixa subsistente o papel moeda *irrealizável*, contra os princípios fundamentais da ciência monetária; e que em vez de adotar providências contra essa ORIGEM DO MAL, suspende pelo contrário a amortização, decretada por lei anterior, que nos levaria *infallivelmente* em época não muito remota aos pagamentos metálicos; isto é, o projeto inculca querer o ouro para base do meio circulante do país e conserva em toda a sua força o elemento perturbador, esse instrumento de circulação inconvertível pelo qual o ouro será sempre excluído, exceto em condições mui prósperas da nossa produção, que o projeto manifestadamente contraria, como havemos de demonstrar (Mauá, 1859, ed. 00194, pg.2, grifo do autor) .

Mauá esclarece que é demonstrado científica e praticamente que a existência de papel moeda ou notas de banco inconvertíveis em ouro, salvas condições excepcionalmente favoráveis dos países em que essa moeda predomina na circulação, é incompatível com um padrão de valor estável e que não afete tão negativamente os setores da economia.

Tal análise pode ser feita através do que ocorreu em vários países no passado, como na Inglaterra. Neste país, mesmo em condições favoráveis, tanto no que se refere à base do meio circulante, o capital, quanto no que se refere à reprodução deste por meio da produção, que como conhecido, opera com grande velocidade e força naquela região, tal tipo de medida não obteve bons resultados, enquanto no Brasil ainda se usavam braço escravo.

Mauá ainda faz atribuição de categorias, incluindo o ministro da fazenda como um representante da Escola de Law⁴ e, a si próprio e aos que partilham do mesmo pensamento,

A quem o S. Ex. alcança de homens de *papelório*, porque após 36 anos de domínio do papel moeda não compreendemos que o ouro entre na circulação sem trabalho e produção em escala suficiente para determinar a sua importação, somos os verdadeiros representantes da escola metálica (Mauá, 1859, ed. 00194, pg.2, grifo do autor).

Devido a tantas consequências negativas para a economia, causadas pela falta de uma conjuntura favorável, Mauá considera que a pretensão do ministro da fazenda Torres Homem em criar medidas apoiadas no ato do parlamento britânico de 1844, o Peel's Act, é falha e não traria bons resultados.

Mauá esclarece como ocorreu a implementação do projeto na Inglaterra em 1844 pelo Sir Robert Peel. Segundo o Barão, Peel não estabeleceu dois tipos de meio circulante, o papel moeda inconversível e notas de banco conversíveis em ouro, pois tal medida seria causa de grandes problemas.

Pretender que bancos de emissão sejam obrigados a receber em pagamento um *papel moeda irrealizável* e a pagar em ouro suas notas, é despropósito que nunca entrou na mente de Sir Robert Peel: não queiram, pois, os pretendidos financeiros de nossa terra cobrir seus desacertos com o nome desse eminente estadista, que aliás, na apreciação do intrincado mecanismo que envolve a grave questão de que se trata, não deixou de errar, como ele próprio disse na sessão da câmara dos comuns de 30 de novembro de 1847, confessando francamente que um dos fins e aspirações do *bill* de 1844 havia sido frustrado; ao mesmo tempo que declarou em defesa própria que só propozera esse *bill* depois de examinar atentamente os trabalhos das comissões, que por espaço de mais de CINCO ANOS haviam estudado essas questões e consultado a seu turno os homens práticos do país propondo-lhes e obtendo respostas a mais de 14000 quesitos (Mauá, 1859, ed. 00194, pg.2)(grifo do autor).

Para reforçar sua argumentação sobre as diferenças da situação da Inglaterra e a brasileira, o que torna inaconselhável aplicar medida semelhante ao do Peel's Act, Mauá volta na história da Inglaterra para o ano de 1797 quando o parlamento autorizou o Banco da Inglaterra a suspender os pagamentos de suas notas, o que durou até 1819. Durante tal período os teóricos da Escola Metálica buscaram formas de restaurar o valor do meio circulante.

Em 1810, ainda no período de suspensão dos pagamentos, o banco já havia acumulado grande volume de reserva metálica. A nova situação fez com que fosse elaborado e apresentado o Bullion Report, que “defendia e sustentava os princípios mais sãos, advogando extremamente a volta aos pagamentos metálicos” (MAUÁ, 1859, ed.000194). Mauá cita Horner, Huskinson e

⁴ A Escola de John Law se refere à corrente de pensamento desenvolvida a partir da teoria de John Law de Lauriston (1671-1729), economista escocês defensor do papel-moeda, do monopólio bancário e conhecido como fundador do sistema financeiro atual.

Henry Thorton como representantes defensores desta medida, tendo eles conhecimento aprofundado na parte científica que envolvia a questão dos pagamentos. No entanto, o Bullion Report não obteve grande apoio apesar de discursos bem proclamados em seu favor. Até mesmo Sir Robert Peel votou contra a medida, junto a Lord Liverpool e vários outros estadistas, pois ainda haviam pontos a serem resolvidos antes que uma proposta desta magnitude fosse aprovada.

Após descrição dos fatos, Mauá aponta o seu objetivo com a abordagem: mostrar que até mesmo na Inglaterra, em um período em que o Banco possuía reservas suficientes, a volta dos pagamentos metálicos foi rejeitada pois a situação do país não estava totalmente resolvida e ainda possuíam questões a solucionar. Por que então no Brasil, onde a situação é bem menos favorável deveriam implantar tal medida? Parecia inconcebível para o Barão.

3.2 As vantagens dos depósitos à vista

Em artigo publicado na edição 00032 de 1860 no Jornal do Commercio titulado “Banco Mauá, Mac-Gregor & C.”, o então Barão de Mauá discorreu sobre a questão bancária ao realizar um chamado público para incentivar a sociedade a realizar depósitos em conta corrente no Banco Mauá, Mac-Gregor & C. Nesta publicação Mauá esclarece as vantagens da realização dos depósitos à vista, argumentando que estes gerariam benefícios para os depositários, ao terem suas fortunas aumentadas pelos juros, para os bancos, que possuiriam maiores fundos para fornecer crédito, e para a sociedade que iria usufruir da facilidade de crédito e aumento de meio circulante.

Mauá explica a vantagem do depósito à vista frente às letras bancárias ao portador. Segundo ele,

Pode qualquer indivíduo não só guardar suas economias, como aumenta-las progressivamente com a acumulação de juros que o banco se obriga a fazer, sem que para isso dê passo algum; o que não sucede metendo o dinheiro nos bancos a prazo fixo por letras ao portador, pois que, não indo reforma-las no vencimento, deixam de vencer juros, e além disso, se por desgraça se extraviam, não há meios de receber mais o dinheiro que elas representam; enquanto que por meio das contas correntes, embora se extravie a caderneta, o depositante do dinheiro o tem sempre à sua disposição (Mauá, Mac-Gregor & C., 1860, ed.00032).

Além desta grande vantagem, Mauá cita que a utilização das contas correntes tornaria desnecessária a contagem de dinheiro e evitaria que o cidadão fosse vítima do dinheiro falso que circulava na economia.

3.3 O Governo e o Banco do Brasil

Em 1866, estando fora do país, o Barão de Mauá publica no *Correio Mercantil* considerações sobre o Brasil em meio à Guerra com o Paraguai⁵. No artigo, Mauá esclarece:

não tenho sido um só instante indiferente aos sucessos políticos, comerciais ou financeiros, que se desenvolvem por toda a extensão do imenso território limitado pelo oceano desde o Pará até ao Rio Grande. Meu fraco contingente de apoio moral e material aos poderes públicos tem sido dado, em meu nome, e não poucas vezes minhas ideias têm atravessado o Atlântico, em correspondências particulares, acerca de questões importantes sobre que se tem aberto debate no parlamento e na imprensa, em presença de tão melindrosa atualidade (Mauá, 1866, ed.00187).

Sobre a situação econômica que o país atravessa no ano da publicação (1866), Mauá defende que o mau estado do sistema financeiro brasileiro não se devia às instituições de crédito como estava sendo falado na época, sendo que o uso de crédito em maior escala cumpre uma mínima parcela de responsabilidade nessa questão. Segundo o Barão, o uso do crédito, mesmo que seja este ousado, se é aplicado em condições favoráveis conduz a bons resultados e gera riqueza.

O problema então consistiria na perturbação econômica pela qual o Brasil passava. As dificuldades e agravantes da situação consistiam em problemas na colheita, principalmente entre 1861 e 1865 e no financiamento da Guerra.

Devido a tais questões, Mauá considera inconvenientes as medidas que foram declaradas pelo ministro da fazenda João da Silva Carrão, com a finalidade de pagar ao banco do Brasil os valores que foram emitidos para financiar os gastos com a guerra, de forma que os títulos seriam pagos em moeda conversível em ouro, com finalidade de se retirar de circulação os papéis inconvertíveis. Além de discordar da forma como o Banco do Brasil seria ressarcido, Mauá discorda do ponto em que o ministro indica a necessidade de intervenção e fiscalização do Banco pelo governo, considerando que o presidente da instituição era nomeado por ele mesmo.

Prosseguindo com a análise da proposta do Sr. ministro da fazenda, Mauá ressalta a questão da quantidade de meio circulante na economia. A proposta determina que seja estipulado um máximo fixo de moeda em circulação, não variante independente das necessidades e condições dos mercados. Segundo Mauá (1866, ed.00187), este “é o pensamento da célebre lei bancária de Sir Robert Peel do ano de 1844, que tem agravado todas as crises,

⁵ A Guerra do Paraguai foi a guerra travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, acordo militar entre Brasil, Uruguai e Argentina, durante os anos de 1864 a 1870. O conflito teve como resultado a vitória dos aliados e derrota do Paraguai.

ocorridas na Inglaterra desde a sua promulgação, sem poder evitar uma só”. Como costume, o Barão analisa as questões empíricas e acredita que esta é uma lei condenada pela experiência e deve ser rejeitada aqui no Brasil, do contrário, levaria a resultados desastrosos.

Dessa forma, Mauá assume que seria preferível um meio circulante baseado em espécies metálicas que possa expandir e contrair de acordo com a necessidade de permutação de valores apresentada pelo país, a um meio inconvertível inflexível.

Como proposta e sugestão para alterar a lei do ministro e substituir as notas do governo em circulação por notas do banco, Mauá sugere que fosse marcado um prazo para a conversibilidade das notas do banco por ouro sobre a base do duplo do estoque do metal em seus cofres, salvo circunstâncias extraordinárias. Seria preciso ainda, dar circulação geral às notas do banco em todo Império. No entanto, como o Barão ressalta, qualquer medida financeira só poderia ter execução após finda a guerra travada contra o Paraguai, estando fora de questão recorrer a empréstimos externos.

3.4 A Guerra do Paraguai e a economia brasileira

Em 1868 o Barão de Mauá publicou no *Jornal do Commercio* uma série de 3 artigos intitulados “Gravidade da Situação”. Nestes artigos Mauá discorre sobre a Guerra travada no Paraguai e principalmente sobre a crise pela qual o país passava devido ao conflito. As consequências da crise para o Brasil envolviam a interrupção do progresso da sociedade brasileira, a perda de cerca de 50000 vidas até aquele momento, devastação dos capitais, desvio de recursos para fins improdutivos, depreciação do valor do meio circulante de papel e a grande declinação do padrão fictício dos valores em circulação. Mauá, opondo-se a autores de certos artigos dos jornais, afirma que os recursos do Brasil não são inesgotáveis.

O Barão faz breve análise do fracasso da Missão Saraiva⁶ e afirma que, sem dúvida, o novo governo – sendo ele conservador ou liberal – se utilizaria de todos recursos do Império a fim de acabar com a guerra. Acredita que a guerra deveria ter fim o quanto antes para que as despesas públicas com o conflito reduzissem, o que permitiria a volta gradual à normalidade.

⁶ A Missão Saraiva foi uma missão confiada ao Conselheiro José Antônio Saraiva e segundo “Extractos do relatório do ministério dos negócios estrangeiros” publicado no *Jornal do Comércio* de 19 de maio de 1864, o objetivo da Missão era “conseguir por meios amigáveis do governo da República Oriental do Uruguai a solução de várias reclamações importantes” e a “adopção de providencias e medidas que eficazmente protejam e garantam no futuro a vida, honra e prosperidade dos Brasileiros”.

Mauá (1868, ed.00022) afirma que “esperar porém que as circunstâncias financeiras melhorem enquanto dura a *causa do mal*, é esperar o *impossível*. Enquanto a nós a ruína financeira não é *irremediável*, porém longe estamos de considerar *inesgotáveis* os recursos do Império (grifo do autor)”.

O Barão ainda fala sobre a acusação de que o governo estivesse se utilizando de recursos financeiros adquiridos no exterior, condenando este tipo de ação. Segundo Mauá (1868, ed.00022), qualquer possível arranjo em Londres adquirido pelo Brasil seria “vender por alguns dinheiros o crédito e os interesses permanentes do Império, e sujeitar *algumas gerações de Brasileiros* a trabalhar sem descanso para encher as bolsas de um círculo imoral que devora as entranhas do Brasil naquela praça (grifo do autor)”.

No segundo artigo da sequência, publicado poucos dias depois, Mauá critica alguns escritores que atribuem a queda do câmbio e a depreciação do meio circulante inconversível à agiotagem e à especulação. Segundo o Barão, os elementos de especulação na praça do Rio de Janeiro encontravam-se escassos e, portanto, seriam insuficientes para sustentar quaisquer interesses de punho econômico.

Mauá mostra então que fatores externos possuem grande impacto na economia e devem ser considerados para que não ocorram análises precipitadas como nas realizadas por tais escritores. O Barão atribui a depreciação do meio circulante ao dispêndio improdutivo de grandes quantias de dinheiro para financiamento da guerra.

A guerra afetaria ainda o câmbio, sendo defendido por alguns cidadãos da época que este fosse sustentado pelo governo. Mauá, porém, discorda de tal pensamento.

Enquanto durar a guerra, porém, perguntam os homens políticos, de que modo e por que meios se pode sustentar o câmbio? Se o fim não se pode conseguir com alguma permanência, o artifício seria apenas uma especulação que resultaria infalivelmente em benefício de uns com prejuízo de outros, pagando o tesouro as diferenças, que poderiam elevar-se a alguns milhares de contos! Não podemos, pois, acreditar em semelhante disparate.

O movimento descendente do câmbio já se acha bem a meio do plano inclinado, determinado pelo desequilíbrio que a guerra acarreta, e portanto não são mais paliativos que o podem esperar, mas sim um complexo de medidas importantes, que só em tempo de paz podem ser adotadas (Mauá, 1868, ed.00030).

No terceiro e último artigo publicado e titulado “Gravidade da Situação III”, Mauá ocupa-se de rebater crítica feita às suas observações em relação à venda de ouro do Banco do Brasil ao governo para financiamento da guerra. Dando sequência à discussão sobre o câmbio, este afirma que

um papel que preenche as funções de MEIO CIRCULANTE, que tem circulação geral no Império, deve afetar em menor escala o câmbio, do que um papel inconvertível de circulação limitada a esta praça, como tinham e têm as notas da caixa central do banco do Brasil (Mauá, 1868, ed.00031, grifo do autor)

3.5 Mauá e a agricultura

Em 1877 uma série de 6 (seis) artigos foram publicados com a assinatura “V.”. A assinatura é típica do estilo de Mauá que costumava fazê-las com as iniciais de seu título, como é o caso dos artigos que formaram “O Meio Circulante do Brasil” em 1878, também assinado com um “V.” apenas. Desta forma, e levando em consideração aspectos da linguagem, caráter das argumentações – como se mostrar antiescravagista -, e o fato de Mauá dar especial atenção à agricultura em sua Autobiografia, atribuímos esta série de artigos ao Visconde de Mauá.

As publicações tinham como foco principal a situação da agricultura no Brasil e sua importância para a vida social, política, econômica e financeira do país, se utilizando de dados da Comissão de Inquérito da Bahia e da Comissão de Inquérito do Rio Grande do Norte.

Apesar de Mauá ser conhecido ainda hoje pelos seus feitos em prol de um desenvolvimento da indústria e do seu espírito empreendedor, neste conjunto de artigos publicados podemos identificar uma visão coerente do então Visconde, onde este reconhece a importância da agricultura para o Brasil, sendo este um caminho a percorrer antes que o país atinja o status manufatureiro e industrial, como almejado. Segundo Mauá (1877, ed.00295), o Brasil era um país eminentemente agrícola, quase sem indústria, de forma que a agricultura, principalmente do açúcar, era a base da economia nacional, fonte de recursos para o Estado e a sociedade.

No entanto, mesmo ao se tratar de agricultura, podemos perceber no discurso uma característica típica de Mauá: a necessidade de progresso. Para o Visconde, a agricultura passava por um momento preocupante, com muitos obstáculos a superar. Era necessário que a agricultura se desenvolvesse para acompanhar o progresso dos outros países que utilizam a ciência em seu favor.

Apesar de formulado um inquérito sobre a situação da lavoura a mando do gabinete de 1873, o Visconde não considera possível fazer um juízo exato dos resultados encontrados, citando o número de lavouras de açúcar e engenhos por província. No entanto, afirma que

São, por conseguinte, muito importantes e valiosíssimos os interesses nacionais ligados a este ramo de nossa agricultura. Seu florescimento ou decadência não pode

deixar de atuar eficazmente nos destinos do país, influenciando na aceleração, retardamento e regresso de seu desenvolvimento econômico. Esses milhares de estabelecimentos açucareiros, do norte ao sul do Império, representam elevadíssima soma de trabalho acumulado, de capitais que ficaram perdidos para o progresso da riqueza nacional, sempre que o preço dos produtos não exceder do juro de seu valor, e ao custo da produção (Mauá, 1877, ed.00298).

A preocupação principal do Visconde era de que a situação da lavoura, seja a decadência ou estagnação da mesma, afetaria fortemente a situação econômica e financeira do país.

Segundo o inquérito, as principais causas da crise da lavoura no Brasil seriam: a falta de braços, agravada pelo fim do tráfico negreiro, falta de capitais, falta de educação profissional, falta de vias de comunicação e a o pagamento de muitos impostos. Tal explicação não convence o Visconde, que ressalta: “mas nem sempre a verdade está com aquilo que se vai propagando, até que constitui opinião universal: muitos erros tem nascido, vivido, e se radicado à sombra do consenso geral” (Mauá, 1877, ed.00301).

A escassez de capitais era considerada uma das causas da crise da lavoura e mereceu especial atenção. O problema se encontrava principalmente nas altas taxas de juros sobre o crédito. No entanto, Mauá afirma que a falta de capitais não atinge somente a indústria agrícola e sim todos setores, sendo que tal situação é esperada em um país novo como o Brasil, pois depende dos elementos naturais de riqueza, carecendo de mais capitais.

Surge então uma nova questão: a carência de crédito para a agricultura. O problema se encontra nos altos juros, que podem arruinar aqueles lavradores que recorrem a tais empréstimos. Com juros tão altos os lavradores não conseguem condições de satisfazer os compromissos e perdem a confiança dos capitalistas. Nem sempre foi assim. Mauá esclarece que

não se pode, entretanto, dizer que à lavoura falta crédito; teve-o, e o estendeu tanto que esgotou-lhe a elasticidade. Houve abuso de crédito, tomando dinheiro emprestado, uns para comprar escravos, de que não tiraram todo proveito, e outros para gastar improdutivamente (Mauá, 1877, ed.00305).

Além da alta dos juros, os lavradores acumularam grandes dívidas devido à má aplicação do recurso adquirido. Uma pequena parte dos empréstimos realizados foram destinados em melhoramentos para os estabelecimentos rurais, tendo sido utilizados com imprevidência e abuso do crédito. Para Mauá, “a origem dessa dívida é a falta de escolha e de aplicação dos melhores métodos de trabalho, do desconhecimento da economia rural, da rotina e da esperança em um futuro melhor, com que se não deve contar, desde que se não prepara o presente” (Mauá, 1877, ed.00305).

A instabilidade do valor da propriedade agrícola, fundada no braço escravo, é outro motivo do retraimento da oferta de crédito. Aqueles que aplicaram o crédito de forma imprudente, acumularam dívidas e perderam a credibilidade na praça e confiança dos capitalistas, que ficam sem confiança de que conseguirão reembolso do crédito fornecido, apenas conseguindo a taxas de juros extremamente altas e impraticáveis. Já aqueles que foram prudentes e econômicos, conseguem o crédito de que precisam.

Outro ponto enunciado é o de que não deve existir diferenças entre o crédito agrícola e o comercial. Os dois devem ser concedidos perante as mesmas condições, sem gozar de privilégios, buscando retomar a confiança dos capitalistas. Finalmente,

Com leis que não pretendam proteger o devedor contra o credor, com um processo judicial, simples, que não alimente a chicana, e com justiça honesta e pronta, certamente não faltará crédito ao lavrador que por seu trabalho assíduo e inteligente e por sua sensata economia inspire confiança aos capitalistas.

Isto não quer dizer que não reconhecemos ao Estado a obrigação de intervir com alguma medida, tendente à constituição dos bancos territoriais ou hipotecários.

Convém promover sua organização, mas sem esperar deles mais do que realmente podem dar; releva não estimular sem fomentar esperanças falases, cuja desilusão seria causa de agravar-se o mal, que se procura evitar (Mauá, 1877, ed.00305).

3.6 Mauá e a situação dos transportes

O último artigo da série de publicações denominados “Engenhos Centrais” finaliza com o seguinte parágrafo: “Esperamos poder ainda tratarmos das vias fluviais em artigos, que sobre o assunto projetamos escrever, e então mostraremos os cuidados que na França vão merecendo seus rios e canais, que as estradas de ferro haviam feito esquecer” (MAUÁ, 1877, ed.00312). Tal apreciação aparece no artigo “Vias de comunicação III”, edição 00148 do Jornal do Commercio de 1878.

O conjunto de 6 (seis) artigos intitulados “As vias de comunicação” tinham como assunto principal discutir as necessidades e vantagens dos meios de transporte no Brasil, seja ele ferroviário, fluvial ou de estradas de rodagem. Tal questão seria de grande importância social, econômica e política e para a prosperidade da nação, ligando centros industriais e comerciais, contribuindo para o desenvolvimento de todo o país.

Mauá cita ainda a situação das vias de comunicação da França, Bélgica, Estados Unidos e Alemanha e a importância do bom desenvolvimento deste setor para o espírito de associação no desenvolvimento industrial e comercial dos países. Desta forma, o autor busca mostrar a

relevância de cada meio de transporte e como estes devem se interligar para formar um sistema de vias eficiente.

O Visconde afirma que o desenvolvimento das vias de comunicação do Brasil é essencial, no entanto, para alcançá-lo é necessário lidar com a complexidade e circunstâncias especiais do país.

Depende a sua solução de importantes melhoramentos da administração pública, que de necessidade há de intervir na abertura de vias de comunicação num país, que tem carência de iniciativa individual e de capitais; sendo, por conseguinte, indispensável que o Estado, com os recursos da comunhão, e com o seu crédito faça o que não se pode esperar empreendam particulares, isolados, ou associados (Mauá, 1878, ed.00163).

De tais apreciações o autor conclui que o melhor sistema de vias de comunicação para o Brasil seria desenvolver a navegação como principal meio de transporte, considerando as longas extensões fluviais de que o país possui, e a estrada de ferro como complementar deste, de forma que a produção do Brasil atenda eficientemente o comércio interno e de exportação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos publicados nos jornais trazem uma nova perspectiva do pensamento de Mauá, permitindo uma análise mais profunda de suas ideias, principalmente no que se refere à moeda e o crédito, e à visão que este grande personagem tinha do progresso. Os artigos reafirmam seu caráter de cidadão preocupado com a situação do país e de defensor da adaptação das teorias internacionais e dos clássicos às características particulares do Brasil.

Para Mauá, qualquer medida que afete a economia de um país deve apoiar-se nos princípios da ciência e nas condições econômicas. Deve-se ainda buscar nos fatos históricos do que ocorreu tanto no país como no exterior, exemplos a serem seguidos ou evitados.

Segundo Mauá e demais papelistas menos radicais, o meio circulante baseado em metais era almejado, no entanto, devido à situação peculiar do Brasil, uma medida que buscasse esse fim tornava-se inadequada e não poderia ser implantada no curto prazo. Ou seja, deveria haver praticabilidade nas ideias que buscassem como fim a volta dos pagamentos metálicos. Para Mauá, mesmo que bem elaborada, uma medida de tal magnitude só poderia ser considerada quando todas as questões econômicas pendentes do país fossem solucionadas de forma a evitar resultados desastrosos, como foi o caso do Peel's Act.

Mauá lembra que a ideia de se estipular uma quantidade máxima fixa de moeda em circulação, assim como determinado por Sir Robert Peel em 1844 na Inglaterra, deve ser rejeitado, tendo já sido experimentado em outra economia e levado a crises. Desta forma, este tipo de pensamento já se encontra condenado pela experiência.

Mauá, e o consenso geral dentre os papelistas, concorda que no Brasil, o problema em manter a plena conversibilidade da moeda em ouro se encontra na dificuldade do aumento do estoque de ouro e na conseqüente oferta de crédito que seria insuficiente para o bom funcionamento financeiro e comercial em todo o vasto território nacional.

Considerando tais questões apontadas por Mauá, e de acordo com as teorias desenvolvidas pela escola bancária e demais papelistas, assume-se que o papel inconvertível seria necessário para suprir a falta de meio circulante, já que a contração e expansão deste obedeceria às leis econômicas e contribuiria para o fornecimento de crédito, principalmente através dos bancos, já que para tais pensadores o sistema monetário seria regulado pelas instituições financeiras através da necessidade dos negócios.

No que se refere à situação do crédito, Mauá, seguindo os princípios papelistas, acredita que sendo o Brasil um país muito grande geograficamente, este precisaria de que os bancos privados também fossem autorizados a emitir, permitindo acesso ao crédito em qualquer região.

Tem-se ainda que a facilidade de acesso ao crédito poderia ser expandida caso aumentassem o número de depósitos à vista nos bancos, de forma que geraria benefícios para a economia e a sociedade através da geração de maior riqueza para o depositante, aumento do meio circulante através do fornecimento de capital a juros e um melhor funcionamento dos bancos. Tal medida seria segura, já que, mesmo que ousado, se o crédito for aplicado em condições favoráveis, geraria bons resultados.

Outra questão levantada pelo Visconde que mereceu atenção foi a de que o crédito agrícola e o comercial deveriam ser fornecidos sob as mesmas condições. Mauá lembra que a falta de capitais reclamada para a agricultura também se dava nos demais setores da economia, sendo essa uma condição esperada em um país recém independente, vasto e dependente da riqueza advinda dos fatores naturais.

No entanto, a falta de crédito ocorria também pela falta de credibilidade dos agricultores perante os capitalistas. Ao terem acesso ao capital, muitas vezes este é investido em setores improdutivos imprevidentemente, de forma que o agricultor não consegue recuperar o investimento e cumprir com seus compromissos, acarretando em inadimplência e altas dívidas. Tal acontecimento leva a uma situação em que tal agricultor, futuramente só consiga oferta de crédito perante taxas de juros impraticáveis, devido à sua falta de credibilidade no mercado.

Àqueles que investem em setores produtivos e cumprem com suas obrigações financeiras mantendo uma boa reputação no mercado, a confiança dos capitalistas está garantida e não lhe faltará oferta de crédito a boas taxas de juros.

Outra característica de Mauá que pode ser identificada é a de conseguir fazer uma análise mais ampla de cada situação, o que permitiu perceber os determinantes exógenos de alguns impasses pelo qual o país passava. Por exemplo, temos que enquanto o consenso geral era de que o câmbio variava de acordo com a contração ou expansão da quantidade de moeda na economia, Mauá defendia que tal variação se devia ao resultado da situação das importações e exportações nacionais, de forma que o câmbio seria determinado pelo valor dos produtos brasileiros exportados, que eram principalmente agrícolas.

Ainda que o Balanço Comercial fosse a principal controladora da taxa de câmbio, Mauá acredita que um papel de circulação limitada em certa região do país poderia afetar o câmbio em certa medida, portanto era preferível que fosse adotado um meio circulante que gozasse de circulação geral no Império, a fim de evitar essa situação.

Assim como para os antibullionistas, representantes da escola bancária e demais papelistas, Mauá também assume que o mercado monetário responde a mais fatores que apenas quantidade de moeda em circulação, fornecimento de crédito, nível de preços e privilégio de emissão, pois este está diretamente ligado a uma série de expectativas e à credibilidade das instituições financeiras nacionais.

Mauá ainda lembra a influência que problemas nas safras poderiam acarretar num país de base agrícola como o Brasil, levando a crises de grandes magnitudes, assim como dispêndios financeiros em setores não produtivos, como é o caso de financiamento de guerras, que geram perturbações econômicas.

Mauá se atenta ainda a questões que influiriam no progresso do Brasil. Segundo ele, as dificuldades no balanço de pagamentos deveriam ser enfrentadas com mais crescimento, necessitando de controle do câmbio, da taxa de juros e beneficiar o setor produtivo, diferente do que ocorreu em todo o período da Guerra do Paraguai. Assim, o desenvolvimento do nosso setor base, a agricultura, e das vias de comunicação seriam essenciais para alcançar o tão almejado progresso brasileiro.

Mauá via na agricultura um setor essencial para alcançar o desenvolvimento do país. Sendo o Brasil eminentemente agrícola e com pouquíssimas indústrias, era necessário que este setor não entrasse em decadência e se atualizasse com as novas descobertas da ciência, até que o país tivesse condições de alcançar a época tão almejada de a partir do progresso desenvolver indústrias e o mercado financeiro nacional.

Um dos motivos para se dar atenção à agricultura é que este setor está diretamente ligado à situação econômica do país. Sua decadência ou elevação seria imediatamente repassada para a sociedade e para as finanças do país.

Para auxiliar este desenvolvimento agrícola, seria necessário que os meios de transporte de carga, sejam eles fluviais, ferroviários ou de estradas de rodagem, fossem ampliados, pois são de grande importância para todo o setor produtivo, desenvolvimento industrial e comercial dos países. Assim, para promover esta melhoria nas vias de comunicação deveriam ocorrer

melhoramentos da administração pública que garanta a abertura de novas vias e torne o transporte mais eficiente.

Portanto, a partir do engajamento do Visconde nas discussões da época e posicionamento condizente com a corrente de pensamento papalista, claramente com influências das ideias desenvolvidas pela *banking school*, podemos reafirmar a importância de Mauá para o Pensamento Econômico Nacional diante de suas contribuições no século XIX no que diz respeito às suas ideias sobre a moeda, o crédito, o câmbio e as bases do almejado progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUDY, Jorge. In: SOUZA, Ricardo Timm de. e FOSSATTI, Nelson Costa. (Org.). **Mauá: paradoxos de um visionário**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013. Cap. 2
- BASTOS, Humberto. **O Pensamento Industrial no Brasil**. Livraria Martins Editora, São Paulo, 1952.
- BESOUCHET, Lúcia. **Mauá e seu tempo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.
- COSENTINO, Daniel do Val. **Formação do pensamento econômico brasileiro no século XIX**. São Paulo: USP, 2016 (Tese de Doutorado em História Econômica).
- EICHENGREEN, Barry. **História e reforma do sistema monetário internacional**. **Economia e Sociedade**, p. 53-78. São Paulo, ago. de 1994. Traduzido do inglês por Regina Meyer Branski.
- FERNANDES, Santiago. Mauá. **O economista do Império - Análise de sua crítica científica ao padrão-ouro**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, abr./jun. 1974.
- FOCHEZATTO, Adelar; SANTOS, Hermílio. In: SOUZA, Ricardo Timm de. e FOSSATTI, Nelson Costa. (Org.). **Mauá: paradoxos de um visionário**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013. Cap. 5.
- FONSECA, P. C. D.. **A Controvérsia entre Metalismo e Papelismo e a Gênese do Desenvolvimentismo no Brasil**. In: IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association-BRASA, 2008, New Orleans, Estados Unidos. IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association-BRASA, 2008.
- FONSECA, P. C. D.. **Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil**. Pesquisa & Debate, São Paulo, SP, v. 15, n.nº 2 (26), p. 225-256, 2004.
- FONSECA, P. C. D.; MOLLO, Maria de Lourdes. **Metalistas x Papelistas: Origens Teóricas e Antecedentes do Debate entre Monetaristas e Desenvolvimentistas**. Nova Economia (UFMG. Impresso), v. 22, p. 203-233, 2012.
- FURTADO, Celso M. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; COSENTINO, Daniel do Val. **As ideias de Mauá sobre o progresso econômico, a moeda e o crédito, e o câmbio (1860-1878)**.

GANEM, Angela. **Reflexões sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro**. Análise Econômica (UFRGS), v. 56, p. 131-152, 2011.

GORNATI, Gilberto. **Legislação Bancária no Brasil Império - O Debate Jurídico sobre a Função Bancária na Década de 1850**. São Paulo: USP, 2013 (Tese de Mestrado em Direito).

GREMAUD, Amaury Patrick. **Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)**. São Paulo: USP, 1997 (Tese de Doutorado em Economia).

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A Presença Inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial: os casos da sociedade bancária Mauá, MacGregor & Co (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.

JURUÁ, Ceci Vieira. **Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá: defensor do nacionalismo econômico do Oiapoque ao Chuí**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Jardim Objeto, 2013.

LE MOS, Pedro de Medeiros; SILVA NETO, Darcy Ramos. **Aspectos Básicos Da Controvérsia Monetária Do Século XIX**. In: V Seminário Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento, Santa Maria, 2017.

LIMA, Heitor Ferreira. **Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LOPES, João do Carmo. e ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. 7. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas 1998.

LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930**; 2.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

MAUÁ, B. M. **A gravidade da situação II**. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1868, ed.00030.

MAUÁ, B. M. **A gravidade da situação III**. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1868, ed.00031.

MAUÁ, B. M. **A gravidade da situação**. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1868, ed.00022.

MAUÁ, Barão de. **A deputação do Rio-Grande e o projeto do sr ministro da fazenda.** *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1859, ed.00207.

MAUÁ, Barão de. **As medidas do sr ministro da fazenda sobre a situação econômica do paiz.** *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1859, ed.00184.

MAUÁ, Barão de. **As medidas do sr ministro da fazenda sobre a situação econômica do paiz II.** *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1859, ed.00194.

MAUÁ, Barão de. **O Governo e o Banco do Brasil.** *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1866, ed.00187.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa. **O Meio Circulante do Brasil.** [1878] In: LIMA, Heitor, Ferreira. 3 Industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen, São Paulo: Alfa-Omega, 1976b.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza. Visconde de. **Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá e C. e ao Público.** Rio de Janeiro: Typ. e Imp. e Const. De J. Villeneuve & C, 1878.

MAUÁ, Mauá, Mac-Gregor e C. **Banco Mauá, Mac-Gregor e C.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro 1859, ed.00032.

MAUÁ, V. **Os Engenhos Centraes II.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1877, ed.00298.

MAUÁ, V. **Os Engenhos Centraes III.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1877, ed.00301.

MAUÁ, V. **Os Engenhos Centraes IV.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1877, ed.00305.

MAUÁ, V. **Os Engenhos Centraes V.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1877, ed.00308.

MAUÁ, V. **Os Engenhos Centraes VI.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1877, ed.00312.

MAUÁ, V. **Os Engenhos Centraes.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1877, ed.00295.

MAUÁ. **Vias de comunicação II.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26 de maio 1878, ed.00146.

MAUÁ. **Vias de comunicação III.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1878, ed.00148.

MAUÁ. **Vias de comunicação IV.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1878, ed.00150.

MAUÁ. **Vias de comunicação V.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 05 de junho de 1878, ed.00156.

MAUÁ. **Vias de comunicação VI.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1878, ed.00163.

MAUÁ. **Vias de comunicação.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1878, ed.00144.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **As Controvérsias Monetárias do Século XIX.** Ensaios FEE. Porto Alegre. (15)1:80-97,1994.

NUNES, A. J. Avelãs. **O Keynesianismo e a Contra-Revolução Monetarista.** Boletim de Ciências Económicas – Volume XXXIV, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1991.

PELAÉZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias.** 2ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

RICARDO, David. **The High Price of Bullion, a Proof of the Depreciation of Bank Notes.** London: Printed for John Murray, 32, Fleet-Street and sold by Every Other Bookseller in Town and Country, 1810.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista 1850-1930.** São Paulo: IPE/USP, 1986.

SALOMÃO, Ivan C.. **Controvérsias monetárias no Brasil imperial e suas influências na formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro.** Desenvolvimento em Questão, v. 15, p. 6-23, 2017.

SILVA, Jair Ribeiro da. **Mauá em face da economia nacional.** São Paulo: Rumo Gráfica. Ed: Secretaria de Estado da Cultura, 1983.

SOUZA, Rafael Rodrigo Ruela. **Mauá e a tradição de modernização Industrial no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG, 2007. Disponível em Biblioteca Digital UFMG: <http://hdl.handle.net/1843/VGRO-7AYFXF> Acesso em 26 de maio de 2018.

SOUZA, Ricardo Timm de. e FOSSATTI, Nelson Costa. (Org.). **Mauá: paradoxos de um visionário.** Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO – ICESA
COLEGIADO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado: "MAUÁ E A ECONOMIA DO BRASIL IMPÉRIO: UM OLHAR A PARTIR DOS ARTIGOS NO JORNAL DO COMÉRCIO E CORREIO MERCANTIL (1855-1884)", de autoria do(a) aluno(a) "RANAELLEN APARECIDA QUEIROZ PEIXOTO" foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Orientador Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino

Mariana, 29 de junho 2018.